

NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS	2
2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	2
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	19
5. CONTAS A RECEBER	19
6. ESTOQUES	20
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	21
8. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR	21
9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	23
10. CRÉDITOS ELETROBRÁS.....	25
11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	26
12. INVESTIMENTOS.....	26
13. IMOBILIZADO	27
14. INTANGÍVEIS	29
15. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	30
16. FINANCIAMENTOS DE IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS	33
17. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES	33
18. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS	34
19. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS	37
20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS.....	41
21. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS	42
22. RECEITAS	46
23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	46
24. RESULTADO FINANCEIRO	47
25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS.....	48
26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	48
27. LUCRO POR AÇÃO	50
28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	50
29. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM NO CAIXA.....	53
30. COBERTURA DE SEGUROS.....	53
31. COMPROMISSOS	54
32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	54
33. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO	54
34. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS.....	63
35. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	66

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tupy S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente, “Companhia” ou “Consolidado”), possuem relevante posição nacional e internacional na atividade de fundição de ferro, maior fundição do mundo em blocos e cabeçotes de motor em ferro fundido com diversificada base de clientes nos continentes americano, europeu e asiático, atuando nos segmentos automotivo, anteriormente produtos automotivos, (blocos, cabeçotes e peças) e de hidráulica, anteriormente produtos industriais, (conexões, granelhas e perfis), com plantas industriais no Brasil em Joinville-SC e Mauá-SP e no México nas cidades de Saltillo e Ramos Arizpe. Além das plantas industriais, a Controladora possui sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica.

A Tupy S.A. é uma sociedade anônima, com sede em Joinville-SC, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”: TUPY3) e listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e tem como principais acionistas a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que conjuntamente detinham 56,4% do capital social em 31 de dezembro de 2013.

Oferta primária de ações de emissão da Companhia

Em 17 de outubro de 2013 a Tupy S.A. aderiu ao Novo Mercado da BM&FBovespa e em 05 de novembro de 2013 concluiu a oferta pública de distribuição primária ações, levantando R\$ 516.709 em recursos líquidos para a Companhia. (nota 21)

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 25 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais, as quais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas; e
- As demonstrações financeiras consolidadas, as quais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido da Controladora. No caso da Tupy S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, diferem do IFRS aplicável às

demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que, conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) seriam pelo custo ou valor justo.

2.1 Base de elaboração, moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), exceto para as empresas localizadas no México onde a moeda funcional é o Dólar (US\$). A moeda de preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real (R\$).

2.2 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas ao final de cada exercício. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e/ou diferenças temporárias nas demonstrações financeiras. É registrada uma provisão para perda de ativos fiscais quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$101.632 (R\$120.436 em 31 de dezembro de 2012). (Nota 20)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego.

O valor atual de obrigações de planos de benefícios de aposentadoria e pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimentos próximos aos prazos das respectivas obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego.

Outras premissas importantes para as obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

O valor contábil das obrigações de benefícios de aposentadoria e pós-emprego da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$16.749 (R\$14.212 em 31 de dezembro de 2012). (Nota 18)

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. Contudo, a volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas de juros gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* e outros instrumentos financeiros em um curto exercício de tempo.

O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das demonstrações financeiras. (Nota 33)

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que está conforme as práticas da indústria e experiência prévia, e refletem a vida econômica do ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada planta industrial. As vidas úteis do ativo imobilizado também afetam os testes de recuperação, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de alterações materiais nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade do ativo imobilizado. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

Contabilização de combinação de negócios e indicação de não recuperação (“impairment”) de ágio e ativos intangíveis

A Companhia faz julgamentos significativos no processo de identificação dos ativos e passivos tangíveis e intangíveis, na determinação do valor de tais ativos e passivos e da vida útil remanescente dos mesmos. Normalmente contratamos empresas de avaliação terceirizadas para auxiliar a Companhia na determinação do valor dos ativos e passivos adquiridos. A avaliação desses ativos e passivos baseia-se em premissas e critérios que incluem, em alguns casos, estimativas de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas taxas adequadas. A utilização de premissas diferentes daquelas utilizadas para fins de avaliação, incluindo estimativas de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, podem ter resultado em estimativas diferentes dos valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia testa anualmente seu ágio e outros ativos de longo prazo sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados, estimados para serem gerados por tais ativos, são menores do que o valor contábil desses itens. As estimativas de fluxo de caixa baseiam-se nos resultados históricos ajustados para refletir a melhor estimativa de mercado e condições operacionais da Companhia. As estimativas dos valores reais usadas, pela Companhia, para calcular a perda por redução do valor de recuperação, se houver, representam a melhor estimativa da Companhia com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do setor e referência às taxas e operações de mercado. A perda por redução do valor de recuperação também pode ocorrer quando decidimos alienar ativos.

O valor contábil do ágio (*goodwill*) da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$41.226. (Nota 14)

Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

As provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela Administração da Companhia em conjunto com seus consultores jurídicos. O registro das contingências ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

O valor contábil das provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$104.668 (R\$99.748 em 31 de dezembro de 2012). (Nota 19)

2.3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

Controladas

Em 31 de dezembro de 2013 as controladas consolidadas são:

		Participação no capital social (%)	Participação no capital votante	Localização da sede
Controladas Diretas				
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V.	(a)	100,00	100,00	México
Technocast, S.A. de C.V.	(a)	100,00	100,00	México
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.V.	(b)	100,00	100,00	México
Tupy American Foundry Co.	(c)	100,00	100,00	EUA
Tupy American Iron & Alloys Co.	(d)	100,00	100,00	EUA
Tupy Europe GmbH	(c)	100,00	100,00	Alemanha
Tupy Argentina S.R.L.	(d)	100,00	100,00	Argentina
Tupy Agroenergética Ltda.		100,00	100,00	Brasil
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"		100,00	100,00	Brasil
Controladas Indiretas				
Diesel Servicios Industriales, S.A. de C.V.	(b)	100,00	100,00	México

Principais atividades das empresas controladas:

- (a) Plantas industriais voltadas ao segmento de produtos automotivos;
- (b) Prestadoras de serviços industriais para controladas no México;
- (c) Sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica do segmento automotivo;
- (d) Sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica do segmento de hidráulica.

Controladas são todas as empresas nas quais a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais e detém uma participação total dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as aquisições no México, que consideram os ativos e passivos assumidos, conforme descrito na nota 34, além do resultado apurado entre o dia 16 de abril e o dia 31 de dezembro de 2012.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo de transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as empresas controladas e a Controladora são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Lucros ou prejuízos não realizados, oriundos de transações com as empresas controladas e a Controladora, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora naquela controlada.

b. Conversão de moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais, resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “variações monetárias e cambiais líquidas”.

As variações cambiais dos títulos monetários em moeda estrangeira classificados pelo custo amortizado são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários estão incluídas na conta ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas controladas no México, cuja moeda funcional é o Dólar (US\$) e são diferentes da moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, são convertidos para moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- as receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias.
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

As empresas controladas no exterior, exceto as no México, são consideradas extensões do negócio da Controladora e operam na mesma moeda funcional.

c. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em caixa, depósitos em contas bancárias, aplicações financeiras no Brasil e no exterior, bem como aquisição de títulos de liquidez imediata, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, os quais representam risco insignificante de mudança de valor. (nota 3)

e. Ativos financeiros**(i) Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo aplicações financeiras e investimentos em instrumentos patrimoniais, são ativos financeiros designados ao valor justo, uma vez que a Administração gerencia esses ativos financeiros através do valor justo. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido para ser oferecido em garantia a empréstimos obtidos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. (notas 3 e 5)

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira

O montante da perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar a redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ao valor recuperável ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições a riscos de variação de moeda estrangeira.

Tais instrumentos são reconhecidos pelo valor justo; custos de transação atribuíveis e as variações no valor justo de qualquer instrumento derivativo são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro".

f. Contas a receber

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, menos perdas do valor recuperável, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas de créditos junto a clientes, é reconhecida com base em análises quantitativas e qualitativas da carteira de títulos a receber. (nota 5)

g. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor realizável líquido, quando aplicável.

O custo dos estoques inclui os gastos incorridos na aquisição dos insumos, transporte até sua localização atual e todos os custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, incluindo depreciação, necessários à transformação dos insumos em produtos acabados comercializáveis. O custo dos estoques não excede o menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos e despesas para realizar a venda. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência. (nota 6)

h. Ferramentais de terceiros

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos com clientes. São avaliados pelo custo de aquisição e construção, deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Quando terminados são faturados aos clientes e permanecem na Companhia, suportados por contrato de comodato, para serem utilizados no processo produtivo.

i. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (nota 7, 20 e 26)

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se houver direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionarem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de

imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data do balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. (nota 20)

j. Propriedades para investimentos

Os ativos classificados como propriedades para investimentos são mensurados pelo custo e seguem a política contábil descrita no item k. (nota 11)

k. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. (nota 13)

O custo histórico de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à instalação do ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui os materiais, a mão de obra e quaisquer outros custos necessários para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida. Ambos incluem os custos de empréstimos enquanto mantidos em imobilizações em andamento, para os respectivos ativos qualificáveis.

Depreciação

A depreciação é calculada a partir do custo de um ativo e com base na vida útil estimada de cada ativo, ou das partes de cada ativo, pelo método linear, considerando que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, como segue:

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação dos bens não produtivos está sendo alocada diretamente ao resultado e a dos bens utilizados na operação incorpora o custo dos estoques.

l. Intangíveis

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que uma vez reconhecidas não serão revertidas.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software

identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- a Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- o software pode ser vendido ou usado;
- pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os gastos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Também incluem os custos de financiamento incorridos durante o exercício de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, de forma definitiva, conforme incorridos.

Demais intangíveis

Os demais ativos intangíveis incluem o relacionamento contratual com clientes e o acordo de não concorrência, provenientes de uma combinação de negócios e estão registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida e são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

A amortização é reconhecida como outras despesas operacionais. (nota 14)

m. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por redução ao valor recuperável, são revisados subsequentemente para análise de uma possível reversão da redução ao valor recuperável na data do balanço.

n. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

o. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. (nota 15)

p. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo (Salários e encargos sociais)

Os benefícios de curto prazo incluem obrigações a empregados e os encargos relacionados, são mensurados quando incorridos e registrados como despesas conforme o serviço for prestado.

O passivo relativo ao programa de participação no resultado de curto prazo é reconhecido pelo valor estimado a ser pago pela Companhia. (nota 17)

Obrigações de benefícios de aposentadoria e pós emprego

A Companhia possui planos de benefícios definidos nas operações no México, os planos são financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários e determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de contribuição definida para as operações no Brasil.

Plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior.

Os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados no resultado abrangente do exercício em que forem apurados os ganhos e as perdas atuariais.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego,

por um período de tempo específico (o exercício no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o exercício em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. (nota 18)

q. Adiantamentos de clientes

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo. São registrados pelos valores contratados e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação, a receita proveniente do adiantamento de clientes é reconhecida quando da conclusão da construção de ferramentais e com a aprovação do ferramental pelo cliente.

r. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. É constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até as datas dos balanços, observada a natureza de cada provisão e apoiada na opinião de advogados internos e externos à Companhia. (nota 19)

s. Receitas

As receitas são apresentadas líquidas dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. (nota 22)

t. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, quando houver. (nota 27)

u. Demonstrações de valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no *CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado*. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

v. Normas novas, alterações e interpretações de normas

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013. Abaixo os impactos, se ocorridos, nessas demonstrações financeiras:

Normas		Impactos
CPC 19 (R2)/IFRS 11	Negócios em Conjunto	Não há impacto, uma vez que a Companhia não participa em negócios em conjunto.
CPC 26 (R1)/IAS 1	Apresentação das Demonstrações Contábeis	A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na demonstração do resultado abrangente com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente. A Companhia modificou a sua demonstração do resultado abrangente para atender a respectiva norma.
CPC 33 (R1)/IAS 19	Benefícios a Empregados	Não há impacto, uma vez que a taxa de desconto dos passivos e a taxa de retorno dos ativos adotadas nos cálculos atuariais são iguais. Adicionalmente a Companhia não adotava o método do corredor e não possuía saldo de custo de serviço passado.
CPC 36 (R3)/IFRS 10	Demonstrações Consolidadas	As alterações na norma não impactaram a Companhia, pois a Companhia detém 100% de participação em todas as entidades consolidadas.
CPC 40 (R1)/IFRS 7	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos. A Companhia não possui instrumentos financeiros compensados.
CPC 45/IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	Incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos de entidades-veículo não registradas no balanço. O impacto dessa norma foi basicamente um incremento nas divulgações.
CPC 46/IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	Tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação. O impacto dessa norma foi basicamente um incremento nas divulgações.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor e que tiveram impacto significativo sobre a Companhia.

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Normas		Impactos
IFRIC 21	Taxas	A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto em suas demonstrações financeiras.
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos no país	7.162	2.171	7.436	2.397
Aplicações financeiras no país	528.604	283.891	528.604	283.891
Aplicações financeiras no exterior	294.733	153.163	587.406	374.149
	830.499	439.225	1.123.446	660.437

As aplicações financeiras no país são remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com taxa média equivalente de 8,20% ao ano (7,03% em 31 de dezembro de 2012). No exterior as aplicações são predominantemente em Dólar (US\$) à taxa média de 0,46% ao ano (0,58% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

A exposição ao risco de taxa de juros e análise de sensibilidade para os ativos financeiros estão divulgados na nota de instrumentos financeiros. (nota 33)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Controladora e consolidado

	2013	2012
Saldo inicial	20.437	24.192
Resgates	(6.714)	(5.683)
Variações no valor justo	1.177	1.928
Saldo final	14.900	20.437

São remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, à taxa média equivalente de 8,31% ao ano (taxa média de 7,18% ao ano em 31 de dezembro de 2012) e vinculadas a operações com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (nota 15)

5. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber de clientes indicados por mercado e por prazo de recebimento estão refletidos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Mercado interno	95.200	64.059	95.200	64.059
Mercado externo	111.953	69.703	286.797	183.696
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.174)	(1.525)	(2.333)	(3.068)
	205.979	132.237	379.664	244.687

O saldo de contas a receber do mercado interno é em Reais e do mercado externo predominantemente em Dólar (US\$).

O montante de contas a receber da Controladora, no mercado externo, inclui valores referentes a partes relacionadas que são eliminados na consolidação. (nota 9)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer até 30 dias	96.509	78.501	242.307	153.513
A vencer de 31 a 60 dias	54.851	24.435	74.468	53.438
A vencer acima de 61 dias	34.214	19.265	18.184	8.573
Total A Vencer	185.574	122.201	334.959	215.524
Vencidas até 30 dias	11.981	5.600	26.853	10.200
Vencidas de 31 a 60 dias	2.366	4.402	5.229	11.936
Vencidas acima de 61 dias	7.232	1.559	14.956	10.095
Total Vencidas	21.579	11.561	47.038	32.231
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.174)	(1.525)	(2.333)	(3.068)
Total	205.979	132.237	379.664	244.687

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar a provisão para perdas em recebíveis, que apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	1.525	1.925	3.068	1.925
Adições	295	484	705	2.027
Reversões	(30)	(741)	(824)	(741)
Baixas(*)	(616)	(143)	(616)	(143)
Saldo final	1.174	1.525	2.333	3.068

(*) Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	67.510	76.352	118.018	136.502
Produtos em elaboração	31.476	32.826	59.346	47.713
Matérias-primas	39.566	46.710	74.159	71.561
Materiais de manutenção e outros	33.794	33.713	33.787	40.451
Provisão para perdas	(3.733)	(3.102)	(7.544)	(5.392)
	168.613	186.499	277.766	290.835

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o exercício em relação às operações continuadas foi de R\$1.737.207 na Controladora (R\$1.679.433 em 31 de dezembro de 2012) e R\$2.554.117 no Consolidado (R\$2.211.858 em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui estoques de produtos acabados oferecidos em garantia de processos trabalhistas e previdenciários no montante de R\$17.447 na Controladora e no Consolidado.

A provisão para perdas durante o exercício apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	(3.102)	(2.361)	(5.392)	(2.361)
Adições	(2.060)	(741)	(3.581)	(3.031)
Baixas por perda	1.429	-	1.429	-
Saldo final	(3.733)	(3.102)	(7.544)	(5.392)

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante	40.755	659	54.928	12.743
Não Circulante	-	50.256	-	50.256
	40.755	50.915	54.928	62.999

A Companhia recolhe os tributos sobre o lucro real em bases mensais (estimativa) e por ocasião dos ajustes anuais, nos exercícios de 2011 e 2012, apurou excesso de recolhimento. Referidos valores permaneceram ativados em função da priorização pela utilização de demais tributos a recuperar (nota 8). As projeções da Companhia apontam para a realização do ativo no ano de 2014.

8. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR

	2013			2012		
	Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Controladora						
(a) Crédito prêmio de IPI 1979/1981	28.342	-	28.342	31.020	-	31.020
(b) Crédito prêmio de IPI 1988/1990	-	70.136	70.136	-	78.217	78.217
(c) ICMS a recuperar - SP	-	33.177	33.177	-	27.537	27.537
(d) ICMS a recuperar - SC	7.483	11.495	18.978	9.260	11.495	20.755
(e) Benefício Reintegra	8.853	-	8.853	32.920	-	32.920
(f) COFINS, PIS e IPI a recuperar	2.213	-	2.213	2.116	-	2.116
	46.891	114.808	161.699	75.316	117.249	192.565
Controladas						
(g) Imposto sobre valor agregado - IVA	44.052	1.850	45.902	39.177	1.848	41.025
	90.943	116.658	207.601	114.493	119.097	233.590

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

a. Crédito Prêmio de IPI - Exportações 1979 a 1981.

Trata-se do benefício fiscal originário das exportações realizadas pela Companhia entre os anos de 1979 e 1981, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado em dezembro de 2003. A decisão de execução de sentença transitou em julgado em março de 2011. Em abril de 2011 a Companhia apresentou pedido de desistência dos atos executórios, visando a satisfação do crédito no âmbito administrativo, que foi acolhido em junho de 2011 e transitado em julgado em agosto de 2011.

Em setembro de 2011 a Companhia requereu, perante a Receita Federal do Brasil, a habilitação integral do referido crédito e, em fevereiro de 2012 o pedido foi deferido, o que permitiu a compensação de R\$2.678 com tributos federais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$22.627 em 31 de dezembro de 2012). As expectativas apontam para a utilização integral no exercício de 2014.

b. Crédito Prêmio de IPI – Exportações de junho de 1988 a outubro de 1990.

Originário das exportações realizadas pela Companhia entre os meses de junho de 1988 e outubro de 1990, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão do Superior Tribunal de Justiça transitada em julgado em abril de 2009.

A Companhia protocolou, em 25 de janeiro de 2012, o pedido de liquidação da referida sentença e a expectativa é de que tal processo seja concluído em até três anos, o que permitirá a realização do crédito mediante a emissão de precatórios.

Em 22 de março de 2012, foi deferida a realização da prova pericial, com posterior solicitação de apresentação de quesitos. A Companhia já apresentou os pertinentes quesitos de sua parte, tendo a perícia já se iniciado.

Considerando a referida expectativa de realização, o saldo do principal é atualizado a taxa de 1% ao mês e o valor em 31 de dezembro de 2013 é de R\$97.538 (R\$ 94.663 em 31 de dezembro de 2012), adicionalmente a Companhia realiza o ajuste a valor presente, descontando o valor futuro do referido crédito com base na taxa Selic, o ajuste a valor presente do referido crédito em 31 de dezembro de 2013 é de R\$27.402 (R\$16.446 em 31 de dezembro de 2012).

c. ICMS a recuperar em São Paulo.

São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura de produtos exportados.

d. ICMS a recuperar em Santa Catarina.

São créditos decorrentes de compras de ativos imobilizados, no montante de R\$18.978 (R\$20.755 em 31 de dezembro de 2012), realizáveis, na sua origem, em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável.

e. Benefício Reintegra.

São créditos decorrentes do benefício instituído pela Medida Provisória 540 de 2 de agosto de 2011 e regulamentado pelo Decreto nº 7.633 de 1º de dezembro de 2011, com vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2013 pela Medida Provisória 601 de 28 de dezembro de 2012.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, R\$ 56.268 foram compensados com diversos tributos federais e o saldo a recuperar é de R\$8.853 (R\$32.920 em 31 de dezembro de 2012).

f. COFINS, PIS e IPI a recuperar

São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo e são compensados com os tributos incidentes na venda de mercadorias.

g. Imposto sobre valor agregado - IVA

São substancialmente créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo das controladas no México e são reembolsados regularmente pelas autoridades fiscais locais.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações da Controladora com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

Ativo	2013	2012
Contas a receber	26.737	12.655
Tupy American Foundry Corporation	8.945	4.444
Tupy Europe GmbH	14.576	6.048
Tupy Argentina S.R.L.	3.216	2.163
Partes relacionadas (mútuos)	502	-
Tupy Agroenergética Ltda.	502	-
	27.239	12.655

Passivo	2013	2012
Fornecedores	822	176
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	822	176
Adiantamentos de clientes	2.712	-
Tupy American Foundry Corporation	26	-
Tupy American Iron & Alloys Corporation	2.097	-
Tupy Europe GmbH	589	-
Títulos a pagar e outros	20.896	-
Tupy American Foundry Co.	7.867	-
Tupy American Iron & Alloys Corporation	906	-
Tupy Europe GmbH	12.123	-
Partes relacionadas (mútuos)	1.089	1.476
Sociedade Técnica de Fundições		
Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	1.089	1.415
Tupy Agroenergética Ltda.	-	61
	25.519	1.652

Demonstração do resultado	2013	2012
Receitas	529.010	491.273
Tupy American Foundry Corporation	405.950	366.693
Tupy American Iron & Alloys Corporation	121	1.613
Tupy Europe GmbH	121.429	122.010
Tupy Argentina S.R.L.	1.510	957
Compras	(1.599)	(176)
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	(1.599)	(176)
Despesa financeira	(3)	(5)
Sociedade Técnica de Fundições		
Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	(3)	(4)
Tupy Argentina S.R.L.	-	(1)
	527.408	491.092

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os direitos a receber e as receitas de vendas da Controladora com suas controladas são representadas basicamente por operações de venda de mercadorias dos segmentos automotivo e de hidráulica. Os valores respeitam as tabelas de preços de vendas praticados pela Companhia e os prazos de recebimento são de 60 a 90 dias, conforme estabelecido entre as partes. Em 31 de dezembro de 2013 as partes relacionadas não apresentavam títulos em atraso, dessa forma a Companhia não possui provisão para perda desses recebíveis.

As obrigações com controladas no exterior representam adiantamentos para entregas futuras de mercadorias e conta corrente com prazo indeterminado entre as Controladas e a Controladora.

Os contratos de mútuos entre controladas no Brasil e a Companhia, tem prazo indeterminado e são remunerados pela variação da TR – Taxa Referencial.

Principais acionistas

A Companhia tem como principais acionistas a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

A Companhia mantém contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, conforme detalhado na nota 15.

Remuneração dos administradores

	Conselho de Administração		Diretoria Executiva	
	2013	2012	2013	2012
Remuneração Fixa	865	864	4.554	2.909
Remuneração Variável	-	-	3.696	825
	865	864	8.250	3.734

A remuneração global anual aprovada em AGO/E é de R\$ 21.310 (R\$ 10.311 em 2012).

A remuneração dos administradores estatutários ocorre apenas na Controladora, portanto, não há remuneração nas empresas controladas.

Os valores registrados de remuneração variável da Diretoria Executiva são a título de provisão, em acordo com as metas estabelecidas para o exercício. A Companhia não oferece remuneração variável para o Conselho de Administração.

A título de benefícios corporativos, os Diretores Executivos da Companhia fazem jus a automóvel, reembolso de despesas destes, seguro saúde e indenização por rescisão contratual. Em 31 de dezembro de 2013, estes benefícios totalizaram R\$ 581 (R\$ 712 no mesmo exercício do ano anterior).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 os Diretores Executivos da Companhia receberam R\$2.095, a título de bônus, pelo sucesso da oferta primária de ações de emissão da Companhia, reconhecido na rubrica de despesas administrativas.

A Companhia não oferece aos administradores, plano de benefício pós-exoneração e plano de participações em ações.

Outras partes relacionadas:

A Controladora participa como patrocinadora na Associação Atlética Tupy, fundação sem fins lucrativos, que desenvolve atividades de lazer e esporte aos funcionários da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu como despesa com patrocínio o montante de R\$996 (R\$848 em 31 de dezembro de 2012).

10. CRÉDITOS ELETROBRÁS

São créditos registrados em 2003, referentes ao reconhecimento pelo Poder Judiciário (com trânsito em julgado) do direito ao complemento da correção monetária do empréstimo compulsório da Eletrobrás e dos respectivos juros.

No âmbito da respectiva execução de sentença, em Dezembro de 2011, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região corroborou a apuração realizada pela Companhia, na medida em que lhe assegurou, além do crédito já reconhecido em 1ª instância (principal acrescido de juros remuneratórios), os créditos correspondentes aos juros moratórios. A Companhia e a Eletrobrás interpuseram recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal que pendem de julgamento.

O valor registrado pela Companhia reflete, portanto: (i) o direito já reconhecido pelo Judiciário; (ii) a forma de apuração apontada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região; (iii) laudo pericial homologado pelo Judiciário; e (iv) a previsão legal que permite à Eletrobrás pagar uma parcela da referida dívida com ações – critério que está sendo questionado pela Companhia nos tribunais superiores, mas que, por ora, demanda o registro de provisão para perda de R\$ 16.731 (R\$16.461 em 2012), resultando no registro complementar em 2013 de R\$270 (R\$6.378 em 2012).

A atualização monetária é reconhecida mediante a aplicação da variação do IPCA-E.

A Companhia estima que o crédito seja efetivamente recebido no período de 2 a 3 anos.

Abaixo quadro demonstrativo da evolução do saldo da conta:

Controladora e Consolidado

	Crédito Eletrobrás	Provisão para perdas	Total líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2012	98.680	(10.083)	88.597
Atualização monetária	5.700	-	5.700
Provisão para perdas	-	(6.378)	(6.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	104.380	(16.461)	87.919
Atualização monetária	6.104	-	6.104
Provisão para perdas	-	(270)	(270)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	110.484	(16.731)	93.753

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A Companhia possui ativos classificados como propriedades para investimentos, constituídos substancialmente por áreas de terras e florestas, de propriedade da controlada Tupy Agroenergética Ltda. O saldo contábil em 31 de dezembro de 2013 é de R\$6.546 (R\$4.574 em 2012), considerando o custo histórico como base para contabilização.

De acordo com avaliação feita em 2013 por empresa especializada, o possível resultado líquido de impostos, esperado na realização dos ativos aponta para uma faixa entre R\$27.663 (mínimo) e R\$51.228 (esperado).

12. INVESTIMENTOS

a. Composição dos investimentos

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (Goodwill)	Lucro do período	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Em 31 de dezembro de 2013							
Investimentos em Controladas Diretas							
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	905.879	600.713	30.513	38.950	100,00	38.950	631.226
Technocast, S.A. de C.V.	708.971	573.413	10.713	10.635	100,00	10.635	584.126
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.	13.854	5.463	-	3.229	100,00	3.229	5.463
Tupy American Foundry Co.	88.366	49.772	-	9.757	100,00	10.092	47.266
Tupy American Iron & Alloys Co.	3.613	3.507	-	550	100,00	550	3.507
Tupy Europe GmbH	97.237	64.250	-	13.645	100,00	11.590	59.117
Tupy Argentina S.R.L.	2.727	(593)	-	(1.428)	100,00	(1.428)	(593)
Tupy Agroenergética Ltda.	10.284	9.028	-	(1.253)	100,00	(1.253)	9.028
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"	2.291	1.520	-	(495)	100,00	(495)	1.520
						71.870	1.340.660

(*) Ajustado pelos lucros não realizados

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (Goodwill)	Lucro do período	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Em 31 de dezembro de 2012							
Investimentos em Controladas Diretas							
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	745.785	488.132	30.513	18.176	100,00	2.740	518.645
Technocast, S.A. de C.V.	602.388	490.143	10.713	19.072	100,00	7.064	500.856
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.	9.791	1.909	-	399	100,00	399	1.909
Tupy American Foundry Co.	72.960	40.015	-	(1.402)	100,00	5.073	37.175
Tupy American Iron & Alloys Co.	3.098	2.957	-	(5)	100,00	239	2.957
Tupy Europe GmbH	76.619	50.605	-	5.400	100,00	8.064	47.526
Tupy Argentina S.R.L.	3.114	835	-	(436)	100,00	(499)	835
Tupy Agroenergética Ltda.	10.312	10.281	-	34	100,00	34	10.281
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"	2.419	2.015	-	(117)	100,00	(117)	2.015
						22.997	1.122.199

(*) Ajustado pelos lucros não realizados

Movimentação dos investimentos**Controladora**

	2013	2012
Saldo inicial	1.122.199	87.995
Aquisição das empresas no México	-	710.298
Aumento de capital nas empresas no México	-	203.568
Atualização de adiantamento p/futuro aumento capital	-	26.576
Resultado da equivalência patrimonial	71.870	22.997
Variação cambial de investidas no exterior	146.591	70.765
Saldo final	1.340.660	1.122.199

13. IMOBILIZADO**a. Movimentação do ativo imobilizado**

Controladora	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2012	1.305.494	169.043	8.748	21.190	8.316	325.655	1.838.446
Adições	-	-	-	-	-	175.693	175.693
Transferência para imobilizado em uso	289.569	41.130	-	6.069	358	(337.126)	-
Baixas	(22.671)	(152)	-	(405)	(37)	-	(23.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.572.392	210.021	8.748	26.854	8.637	164.222	1.990.874
Adições	-	-	-	-	-	129.083	129.083
Transferência para imobilizado em uso	147.716	11.410	-	3.442	994	(163.562)	-
Baixas	(19.046)	(2.274)	-	(733)	(311)	-	(22.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.701.062	219.157	8.748	29.563	9.320	129.743	2.097.593
Depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2012	(600.659)	(87.478)		(12.636)	(7.557)		(708.330)
Depreciação no período	(87.663)	(4.514)		(1.764)	(135)		(94.076)
Baixas	22.080	152		396	37		22.665
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(666.242)	(91.840)		(14.004)	(7.655)		(779.741)
Depreciação no período	(112.897)	(5.280)		(2.390)	(194)		(120.761)
Baixas	15.617	2.274		666	311		18.868
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(763.522)	(94.846)		(15.728)	(7.538)		(881.634)
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2012	906.150	118.181	8.748	12.850	982	164.222	1.211.133
Em 31 de dezembro de 2013	937.540	124.311	8.748	13.835	1.782	129.743	1.215.959

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Consolidado	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2012	1.306.826	169.419	11.102	21.335	12.227	325.655	1.846.564
Adições	-	-	-	-	-	188.039	188.039
Transferência para imobilizado em uso	298.703	41.130	-	6.071	470	(346.374)	-
Aquisição das subsidiárias do México	751.447	182.762	27.239	535	1.088	17.638	980.709
Variação cambial	85.178	21.590	3.092	101	320	2.097	112.378
Baixas	(22.671)	(152)	-	(405)	(38)	-	(23.266)
Transferência para propriedades para investimento	-	-	-	-	(385)	-	(385)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.419.483	414.749	41.433	27.637	13.682	187.055	3.104.039
Adições	-	-	-	-	-	175.767	175.767
Transferência para imobilizado em uso	176.670	14.208	-	3.442	1.593	(195.913)	-
Variação cambial	123.471	30.059	4.440	121	3.804	3.223	165.118
Baixas	(19.046)	(2.274)	-	(735)	(311)	-	(22.366)
Transferência para propriedades para investimento	-	-	(1.950)	-	(22)	-	(1.972)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.700.578	456.742	43.923	30.465	18.746	170.132	3.420.586
Depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2012	(601.733)	(87.761)		(12.749)	(8.271)		(710.514)
Depreciação no período	(104.529)	(7.362)		(2.017)	(249)		(114.157)
Aquisição das subsidiárias do México	(559.203)	(90.232)		(429)	(354)		(650.218)
Variação cambial	(63.103)	(10.111)		107	(186)		(73.293)
Baixas	22.080	152		396	37		22.665
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.306.488)	(195.314)		(14.692)	(9.023)		(1.525.517)
Depreciação no período	(138.262)	(9.810)		(2.446)	(511)		(151.029)
Variação cambial	(92.251)	(15.306)		(121)	(2.662)		(110.340)
Baixas	15.618	2.274		666	311		18.869
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.521.383)	(218.156)		(16.593)	(11.885)		(1.768.017)
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2012	1.112.995	219.435	41.433	12.945	4.659	187.055	1.578.522
Em 31 de dezembro de 2013	1.179.195	238.586	43.923	13.872	6.861	170.132	1.652.569

Imobilizações em andamento compreendem principalmente valores aplicados no aumento de capacidade da unidade de usinagem, em sustentação e modernização do parque industrial, em tecnologia da informação e em meio ambiente.

O total de adições ao imobilizado em 2013 totalizou R\$175.515 milhões, 6,7% inferior ao verificado no mesmo exercício de 2012.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Em expansão	76.298	104.415	93.427	109.035
Sustentação e modernização da capacidade operacional	35.723	54.367	60.125	61.536
Meio Ambiente	14.722	11.328	19.875	11.885
Juros e encargos financeiros	2.340	5.583	2.340	5.583
	129.083	175.693	175.767	188.039

b. Depreciação

A Companhia deprecia o imobilizado pelo método linear, utilizando as vidas úteis médias demonstradas a seguir:

	Vida útil média
Máquinas, instalações e equipamentos	15 anos
Edificações	35 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

c. Capitalização de juros e encargos financeiros

A Companhia reconhece como custo de formação dos ativos os juros e encargos financeiros incorridos durante o exercício de construção, para os ativos qualificáveis.

O montante registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$2.340 (R\$5.583 no mesmo exercício de 2012).

d. Garantias

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$343.333 na Controladora e no Consolidado e R\$3.520 na Controladora e no Consolidado em garantia de processos tributários.

e. Valores segurados

Os ativos imobilizados estão segurados contra incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. (nota 28)

14. INTANGÍVEIS

Consolidado	Software	Relacionamento Ágio contratual com (Goodwill) clientes	Acordo de não concorrência	Total	
Saldo em 01 de janeiro de 2012	-	-	-	-	
Aquisição de controladas no México		41.226	453.083	2.617	496.926
Variação cambial	-	-	51.088	295	51.383
Amortização	-	-	(33.603)	(388)	(33.991)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	41.226	470.568	2.524	514.318
Aquisição/custos de software	34.619	-	-	-	34.619
Variação cambial	-	-	64.719	321	65.040
Amortização	-	-	(53.641)	(619)	(54.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	34.619	41.226	481.646	2.226	559.717

Os ativos intangíveis, relacionamento contratual com clientes e acordo de não concorrência, provenientes de uma combinação de negócios (Nota 33), possuem vida útil definida de 10 anos e 5 anos respectivamente.

Em janeiro de 2013, a Controladora adquiriu a licença para um sistema integrado de gestão empresarial (ERP), o qual não está sendo amortizado devido estar em processo de implementação. Adicionalmente, a Companhia está capitalizando os custos incorridos para adquirir o software e fazer com que ele esteja pronto para ser utilizado.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

O ágio (*goodwill*) é alocado às controladas Tupy México S.A., de C.V. e Technocast S.A., de C.V., que são consideradas como duas unidades geradoras de caixa (UGC) e ambas pertencentes ao segmento automotivo.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa livre descontado, pós-tributos sobre o lucro e despesas de capital, baseadas em projeções de orçamentos financeiros em termos reais (sem inflação) aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao exercício de cinco anos foram perpetuados com base no fluxo de caixa do quinto ano. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2013 são as que seguem:

- as receitas foram definidas de acordo com projeções de demanda por cliente nos próximos cinco anos;
- a administração determinou as margens operacionais com base no desempenho histórico e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado; e
- taxa de desconto em termos reais de 7,2% a.a., que reflete os riscos específicos da Companhia.

15. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

			Controladora e Consolidado	
	Vencimento	Custo médio	2013	2012
Moeda Nacional			757.192	907.602
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2018	TJLP + 2,62% a.a.	202.917	236.879
(b) BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)	Abr/2016	6,75% a.a.	405.638	654.417
(c) Notas de crédito de exportação	Fev/2016	5,50% a.a.	125.410	-
(d) Finame (PSI)	Mai/2023	6,29% a.a.	23.227	16.306
Moeda Estrangeira			1.042.477	920.059
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2016	VC + 6,16% a.a.	49.339	35.833
(e) Pré-pagamento de exportações	Set/2017	VC+ Libor + 3,79% a.a.	993.138	876.812
Capital de giro	Mar/2013	VC+ Libor + 1,90% a.a.	-	7.414
			1.799.669	1.827.661
Parcela circulante			221.493	530.993
Parcela não circulante			1.578.176	1.296.668
			1.799.669	1.827.661

A Companhia calcula o valor justo dos seus empréstimos e financiamentos (nível 2 da hierarquia), através do desconto dos fluxos futuros de pagamentos destes, pelas curvas, taxas de juros e moedas observáveis no mercado financeiro. Em 31 de dezembro de 2013, o valor justo era de R\$1.865.537 (R\$1.867.662 em 31 de dezembro de 2012).

Os vencimentos de longo prazo são como seguem:

Controladora e Consolidado		
Ano	2013	2012
2014	-	175.299
2015	557.931	515.627
2016	667.641	301.140
2017	322.002	280.837
2018	21.801	18.729
2019	2.886	1.896
Após	5.915	3.140
	1.578.176	1.296.668

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Controladora realizou as seguintes novas captações:

a) Projeto de Expansão da Tupy S.A. – BNDES

Trata-se de financiamento para expansão obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratado em 15 de junho de 2009, no valor de R\$ 199.343, com prazo médio de 4,5 anos, e prevendo 89% de recursos com custos em reais e 11% em dólares norte americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris, hipoteca, fiança bancária e depósito caução de 12% do saldo devedor. (nota 4)

Em janeiro de 2012, a Companhia contratou novo empréstimo no montante de R\$ 195.934 junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade Finem, com prazo médio de 4,3 anos, dos quais, R\$ 127.094 foram liberados até 31 de dezembro de 2012, cuja finalidade é financiar investimentos, realizados e a realizar, entre 2011 e o primeiro trimestre de 2013.

O novo contrato prevê 83% de recursos com custos em Reais e 17% em Dólares norte americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris das unidades de Usinagem e de Blocos da planta de Joinville, SC.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo devedor é de R\$252.256 (R\$272.712 em 31 de dezembro de 2012).

b) BNDES Exim – Pré-embarque (PSI)

Em junho de 2010 e outubro de 2011, a Companhia captou os montantes de R\$250.000 e R\$200.000, respectivamente, na modalidade de BNDES Exim Pré-embarque (PSI), os quais foram integralmente amortizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia captou R\$400.000 em novas operações na respectiva modalidade, sendo R\$200.000 em julho de 2012 e R\$200.000 em abril de 2013. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o saldo devedor é de R\$405.638 (R\$654.417 em 31 de dezembro de 2012).

c) Nota de crédito exportação - NCE

Nos meses de fevereiro e março de 2013 foram contratadas operações de NCE no montante de R\$ 125.000 junto aos Bancos do Brasil e Itaú, todas com prazo médio de 3 anos e amortização ao final do contrato. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 é de R\$125.410.

d) Finame (PSI)

Durante o exercício de 2013 a Companhia contratou novas operações de Finame para aquisição de Máquinas e Equipamentos, no montante de R\$6.982 com carência de 2 anos e amortização em 8 anos com pagamentos mensais.

e) Pré-pagamento de exportações

Em setembro e outubro de 2011 a Companhia captou US\$420.000, equivalente a R\$745.991, junto aos Bancos do Brasil, Itaú, Safra e Bradesco, todas com prazo médio de 4,5 anos. Tais recursos foram utilizados para reforço de caixa e cumprimento de dívidas vincendas a partir de 2012.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não ocorreram novas captações e amortizações, sendo as suas variações nos exercícios, substancialmente decorrentes de variações cambiais.

Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem condições contratuais, que exigem o cumprimento de *covenants* – índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme abaixo:

- I. Dívida Líquida/EBITDA Ajustado*;
- II. Patrimônio Líquido / Ativo Total;
- III. Ativo Circulante / Passivo Circulante;
- IV. Passivo Circulante + Passivo Exigível de Longo Prazo / Ativo Total;

Aproximadamente 55% dos contratos de financiamentos e empréstimos estão sujeitos ao cumprimento do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, e outros 14% estão sujeitos a demais índices financeiros.

O descumprimento de algumas dessas exigências por parte da Companhia resultaria no vencimento antecipado dos referidos contratos. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia cumpre com todos os indicadores financeiros exigidos nos contratos de empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, ainda que fatores internos e externos possam afetar positiva ou negativamente o desempenho da Companhia, de acordo com as projeções internas, não é esperado o descumprimento de *covenants* dentro dos próximos doze meses.

*EBITDA Ajustado: é o lucro líquido adicionado do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas.

16. FINANCIAMENTOS DE IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS

a. Anistia da Lei nº. 10.684/03 ("PAES")

Em 31 de julho de 2003, a então controlada Tupy Fundições Ltda. formalizou pedido de adesão à anistia então denominada de PAES (Parcelamento Especial), previsto na Lei nº. 10.684/03, para recolhimento de débitos junto ao INSS, no montante de R\$58.379, que foram amortizados em 120 parcelas mensais, corrigidas pela TJLP, sem constituição de qualquer forma de garantia por parte da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$7.491, divididos em 8 parcelas que foram integralmente quitadas no exercício de 2013.

b. Anistia da Lei nº. 12.865/13

Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou, perante a Receita Federal do Brasil, pedido de adesão ao programa de anistia previsto na Lei nº. 11.941/09 e reaberto pela Lei nº. 12.865/13, relativamente aos débitos de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS do ano de 2000, no montante de R\$9.628, já consideradas as reduções de multas e juros previstas no programa. Tal montante foi reconhecido como outras despesas operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e será amortizado em 180 parcelas mensais, corrigidas pela SELIC, sendo que a garantia prestada em juízo (carta de fiança), permanecerá vinculada ao débito durante o prazo do parcelamento. O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$9.575.

17. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários	9.605	7.922	15.523	12.505
Provisão de férias	44.119	40.374	48.701	43.561
Encargos sociais	9.896	10.598	14.527	16.079
Programa de participação no resultado	36.382	20.475	42.843	24.657
Previdência privada	1.251	1.520	1.251	1.520
	101.253	80.889	122.845	98.322

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia é proporcional ao exercício aquisitivo e está atrelado a índices econômico/financeiros e operacionais e metas de desempenho individuais.

Em 2011 a Companhia instituiu plano opcional de previdência privada, para todos os empregados no Brasil. A modalidade do plano é o de contribuição definida onde para cada valor contribuído por empregado, limitado a um percentual estabelecido sobre a folha de pagamento, a Companhia contribui com igual valor.

18. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

As operações no México possuem obrigações de benefícios definidos. O objetivo dos planos de benefícios definidos é oferecer aos funcionários benefícios de aposentadoria, adicionais e complementares aos prestados por outros planos de aposentadoria ou pensão, públicos ou privados, adicionalmente a legislação mexicana também prevê outros benefícios definidos de prêmio por antiguidade e indenização legal.

Na data-base de 31 de dezembro de 2013, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. O passivo atuarial registrado em 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$16.749 (R\$14.212 em 31 de dezembro de 2012).

Consolidado

Obrigações registradas no balanço patrimonial	2013	2012
Benefícios de planos previdenciários		
Plano de pensão (a)	2.061	796
Outros benefícios a empregados		
Prêmio por antiguidade (b)	3.801	3.370
Indenização legal (c)	10.887	10.046
Consolidado	16.749	14.212

Consolidado

Despesas reconhecidas na demonstração de resultado	2013	2012
Benefícios de planos previdenciários		
Plano de pensão (a)	1.265	1.596
Outros benefícios a empregados		
Prêmio por antiguidade (b)	693	943
Indenização legal (c)	1.217	3.526
Consolidado	3.175	6.065

Consolidado

Movimentação	2013	2012
Saldo inicial	14.212	-
Aquisição de controladas no México (Nota 34)	-	9.363
Despesas reconhecidas no resultado	3.175	6.065
Contribuições da Companhia e ex-controladores	(638)	(1.216)
Saldo final	16.749	14.212

a. Plano de pensão

O plano de pensão é concedido a todos os funcionários de confiança a serviço da controlada Diesel Servicios Industriales, S.A. de C.V., onde as contribuições são integralmente pagas pela controlada. O benefício máximo será o equivalente a três meses de salário mais o equivalente a 20 dias de salário para cada ano trabalhado.

O funcionário pode solicitar esse benefício ao atingir 65 anos de idade e pelo menos 15 anos de serviço, ou antecipar a utilização do benefício aos 60 anos de idade e pelo menos 15 anos de serviço, mas terá o benefício reduzido em 5% para cada ano antecipado.

b. Prêmio por antiguidade

Os funcionários das empresas no México de acordo com a legislação local têm direito a um prêmio por antiguidade, quando do termino da relação de trabalho por morte ou invalidez, desligamento e saída da empresa após 15 anos ou aposentadoria.

O custo é coberto inteiramente pelas empresas do México e o montante a ser indenizado consiste em 12 dias de salário por ano de serviço, onde a indenização não pode ultrapassar mais do que dois salários mínimos para a zona econômica onde o serviço é prestado.

c. Indenização legal

Os funcionários das empresas no México de acordo com a legislação local tem direito a indenização legal quando do termino da relação de trabalho. O custo é coberto inteiramente pelas empresas do México e consiste em 3 meses de salário e mais o proporcional a 20 dias de salário por ano de serviço.

d. Resultado da avaliação atuarial

(i) Evolução do valor presente das obrigações

Consolidado

EVOLUÇÃO DO VALOR PRESENTE DAS OBRIGAÇÕES	Plano de Pensão	Prêmio por Antiguidade	Indenização Legal	Total
Em 1º de janeiro de 2012	-	-	-	-
Passivos assumidos em uma combinação de negócios (nota 33)	4.616	2.569	6.657	13.842
Custo do serviço corrente	210	158	266	634
Juros sobre obrigações atuariais	1.568	473	2.452	4.493
Benefícios pagos	(324)	(142)	(137)	(603)
Variação cambial	560	312	808	1.680
Em 31 de dezembro de 2012	6.630	3.370	10.046	20.046
Custo do serviço corrente	478	321	661	1.460
Juros sobre obrigações atuariais	1.121	(95)	(847)	179
Benefícios pagos	(104)	(262)	(376)	(742)
Variação cambial	818	467	1.403	2.688
Em 31 de dezembro de 2013	8.943	3.801	10.887	23.631

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(ii) Evolução do valor justo dos ativos

EVOLUÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	Plano de Pensão	Prêmio por Antiquidade	Indenização Legal	Total
Em 1º de janeiro de 2012	-	-	-	-
Ativos adquiridos em uma combinação de negócios (nota 33)	4.479	-	-	4.479
Retorno esperado sobre os ativos	215	-	-	215
Contribuições do empregador	-	142	137	279
Benefícios pagos	(324)	(142)	(137)	(603)
Contribuições de ex-controladores	937	-	-	937
Variação cambial	527	-	-	527
Em 31 de dezembro de 2012	5.834	-	-	5.834
Retorno esperado sobre os ativos	272	-	-	272
Contribuições do empregador	-	262	376	638
Benefícios pagos	(104)	(262)	(376)	(742)
Variação cambial	880	-	-	880
Em 31 de dezembro de 2013	6.882	-	-	6.882

(iii) Conciliação dos passivos reconhecidos no balanço

Consolidado				
CONCILIAÇÃO DOS PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	Plano de Pensão	Prêmio por Antiquidade	Indenização Legal	Total
Em 31 de dezembro de 2012				
Valor presente das obrigações	6.630	3.370	10.046	20.046
Valor justo dos ativos	(5.834)	-	-	(5.834)
	796	3.370	10.046	14.212
Em 31 de dezembro de 2013				
Valor presente das obrigações	8.943	3.801	10.887	23.631
Valor justo dos ativos	(6.882)	-	-	(6.882)
	2.061	3.801	10.887	16.749

(iv) Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício

Consolidado				
CUSTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Plano de Pensão	Prêmio por Antiquidade	Indenização Legal	Total
Custo dos serviços correntes	210	158	266	634
Despesas financeiras, líquidas	1.386	785	3.260	5.431
Em 31 de dezembro de 2012	1.596	943	3.526	6.065
Custo dos serviços correntes	478	321	661	1.460
Despesas financeiras, líquidas	787	372	556	1.715
Em 31 de dezembro de 2013	1.265	693	1.217	3.175

(v) Hipóteses atuariais, econômicas e biométricas

Consolidado

	Plano de Pensão	Prêmio por Antiquidade	Indenização Legal
Taxa de desconto	7,75%	7,75%	7,75%
Retorno esperado sobre os ativos	7,75%	7,75%	7,75%
Taxa de crescimento salarial	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento do salário mínimo	4,00%	4,00%	4,00%
Inflação	4,00%	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade	Experiência mexicana de seguridade social ativos 2009		
Tábua de invalidez	Experiência mexicana		
Tábua de rotação	Experiência da empresa		

19. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

A Companhia possui processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos.

As movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 nas provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas e os respectivos saldos estão compostas da seguinte forma:

Controladora

	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Previdenciárias	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	71.471	10.154	13.580	4.484	(8.650)	91.039
Adições	-	-	8.315	-	(1.012)	7.303
Atualizações	7.484	131	-	-	-	7.615
Pagamentos	-	-	(6.903)	-	328	(6.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	78.955	10.285	14.992	4.484	(9.334)	99.382
Adições	(24)	-	11.083	2.536	(1.199)	12.396
Atualizações	1.628	114	-	-	(355)	1.387
Pagamentos	-	(2.330)	(7.645)	-	-	(9.975)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	80.559	8.069	18.430	7.020	(10.888)	103.190
Parcela circulante						7.274
Parcela não circulante						95.916
						103.190

Consolidado

	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Previdenciárias	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	71.930	10.197	13.641	4.484	(8.849)	91.403
Adições	-	-	8.327	-	(1.022)	7.305
Atualizações	7.484	131	-	-	-	7.615
Pagamentos	-	-	(6.903)	-	328	(6.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	79.414	10.328	15.065	4.484	(9.543)	99.748
Adições	(24)	-	12.298	2.536	(1.199)	13.611
Atualizações	1.628	114	-	-	(355)	1.387
Pagamentos	-	(2.330)	(7.748)	-	(93)	(10.171)
Baixas	-	-	-	-	93	93
Saldo em 31 de dezembro de 2013	81.018	8.112	19.615	7.020	(11.097)	104.668
Parcela circulante						7.274
Parcela não circulante						97.394
						104.668

Em geral, as provisões da Companhia são de longo prazo. Considerando o tempo necessário para concluir os processos judiciais através do sistema judiciário brasileiro, é difícil fazer estimativas precisas sobre o ano específico que um processo judicial será concluído, por esse motivo a Companhia não está divulgando o fluxo de liquidação destes passivos.

As provisões acima descritas são atualizadas, principalmente, pela variação da taxa SELIC e IGPM e seus reflexos no resultado do exercício estão descritos na nota 22.

- **Cíveis**

As provisões cíveis estão relacionadas aos honorários de êxito em processos judiciais e débito contingente proveniente de aquisição de controlada.

- **Processos de natureza tributária**

Tratam-se de provisões relacionadas a processos administrativos fiscais que versam sobre determinados creditamentos adotados pela Companhia na apuração dos tributos ICMS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

- **Processos de natureza trabalhista**

São processos movidos por ex-empregados em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

- **Processos de natureza previdenciária**

As provisões previdenciárias estão relacionadas a supostos débitos decorrentes de divergências entre a declaração das contribuições previdenciárias (GFIP) e o respectivo pagamento (GPS). Tais divergências decorrem de valores questionados pela Companhia e forma devidamente depositados em juízo.

Contingências com probabilidade de perdas possíveis

As contingências passivas cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, nos termos da avaliação da Administração em conjunto com os assessores jurídicos externos da Companhia, são descritas no quadro demonstrativo a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Créditos de PIS, COFINS e IPI / Processos de IRPJ e CSLL	192.727	82.751	192.867	82.751
Débitos quitados em anistia fiscal	50.566	63.212	50.566	63.212
Créditos de ICMS	93.275	32.287	93.275	32.287
Débitos fiscais prescritos	120.544	110.368	120.544	110.368
Processos de natureza aduaneira	45.774	-	45.774	-
Processos de natureza previdenciária	69.610	69.495	76.998	69.495
Processos de natureza trabalhista	17.730	15.738	17.836	15.738
Processos de natureza cível e outros	1.310	6.623	3.547	6.623
	591.536	380.474	601.407	380.474

■ **Créditos de PIS e COFINS / Processos de IRPJ e CSLL**

Processos de PIS e COFINS: Processos administrativos nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a Companhia pela utilização de créditos gerados nas aquisições de insumos nos períodos entre os anos de 2004 e 2011 (divergências na conceituação de insumos). A Companhia apresentou defesa administrativa demonstrando a pertinência dos creditamentos em atendimento à legislação tributária.

Processos de IRPJ e CSLL: Processos administrativos dos anos de 1994 e 2006 nos quais a Receita Federal do Brasil questiona, respectivamente, a determinação do lucro tributável, e a utilização do IRPJ estimativa. A Companhia apresentou defesa sustentando que a apuração fiscal foi realizada de forma adequada.

As principais variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 decorrem dos seguintes fatores: (i) a Companhia teve acesso a extratos da Receita Federal do Brasil que permitiram a aferição dos valores envolvidos em determinados processos administrativos envolvendo IRPJ e CSLL, o que implicou na reavaliação dos respectivos processos em R\$ 20.959; e (ii) a Companhia recebeu no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 autos de infração da Receita Federal do Brasil relativamente ao creditamento de PIS/COFINS e de IRPJ/CSLL realizado nos anos de 2007 a 2009 e utilizados em compensações com tributos federais no montante de R\$ 89.017. Em relação aos novos autos, a Companhia apresentou defesa administrativa em que sustentou e evidenciou a adequação dos procedimentos fiscais realizados em relação à legislação tributária.

■ **Débitos quitados em anistia fiscal**

Débitos quitados pela Companhia mediante adesão a anistia fiscal da MP 470/09, nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a suposta incompatibilidade destes ao referido programa. A Companhia está pleiteando, em juízo, a homologação, diante da plena compatibilidade entre os débitos e anistia concedida.

▪ **Créditos de ICMS**

Processos administrativos e judiciais, de iniciativa dos fiscos estaduais de São Paulo e de Santa Catarina, dos anos de 2009 a 2011, nos quais são questionados determinados creditamentos de ICMS realizados pelos estabelecimentos de Mauá e de Joinville. Em todos os processos, a Companhia tem demonstrado a pertinência dos creditamentos realizados em atendimento à legislação tributária.

Em abril de 2013, a Companhia recebeu auto de infração, no valor de R\$ 59.640, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que tem por objeto a glosa de créditos de ICMS escriturados pelo estabelecimento de Mauá em 2008. A Companhia apresentou defesa administrativa em que sustentou e evidenciou a legitimidade do crédito fiscal escriturado.

▪ **Débitos fiscais prescritos**

Cobranças fiscais administrativas e judiciais promovidas pela União relativa a supostas compensações de débitos com Crédito-Prêmio de IPI. A Companhia está se defendendo, arguindo a prescrição dos referidos débitos, nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores.

Em abril de 2013, a Companhia teve acesso a extratos da Receita Federal do Brasil que permitiram a aferição dos valores envolvidos em determinados processos administrativos que integram a rubrica em questão, o que implicou na reavaliação da contingência.

▪ **Processo de natureza aduaneira**

Processo administrativo instaurado em 2006 no qual a Receita Federal do Brasil exige da Companhia multa correspondente ao valor aduaneiro de mercadorias relativamente à importação de insumo. Em sua defesa, a Companhia sustenta e evidencia a licitude das operações descritas na autuação, bem como demonstra que parte das mercadorias listadas na autuação sequer foram destinadas à Companhia.

▪ **Processos de natureza previdenciária**

Processos administrativos e judiciais, dos anos de 1998 e 2008, de iniciativa do fisco federal em razão de supostos débitos relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento e devidos por prestadores de serviço (responsabilidade subsidiária). Em todos os processos, a Companhia tem se defendido demonstrando que os procedimentos fiscais adotados estão em plena consonância com a legislação tributária.

Em 27 de maio de 2013, a Companhia realizou depósito judicial de R\$ 13.459 (registrado em depósitos judiciais no ativo) no âmbito de execução fiscal relativa à contingência previdenciária com o propósito de substituir os bens que até então garantiam a execução. Em que pese ter realizado depósito judicial, a Companhia prosseguirá discutindo o mérito do referido litígio fiscal, pois entende possuir consistentes argumentos a seu favor.

■ Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

■ Processo de natureza cível

Contingência em que se discute a ocorrência de excesso de execução em demanda movida pela Companhia, relativamente à majoração indevida de tarifa de energia elétrica cobrada pela concessionária, em período de congelamento de preços, de fevereiro a novembro de 1986.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS

A composição dos créditos e débitos fiscais diferidos, originários de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as contas do balanço, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo diferido				
Imobilizado - ajuste de avaliação patrimonial	53.503	61.121	53.503	61.121
Diferenças de taxas de depreciação	44.364	41.028	44.364	41.028
Imposto diferido sobre intangíveis	-	-	145.162	141.928
Sub-total	97.867	102.149	243.029	244.077
Ativo diferido				
Contas a receber	1.349	1.863	1.349	1.863
Estoques	1.269	1.055	1.269	1.055
Impostos e contribuições a recuperar	9.317	5.592	9.317	5.592
Ferramentais de terceiros	3.326	3.405	3.326	3.405
Créditos Eletrobrás	5.688	5.597	5.688	5.597
Salários, encargos sociais e participações	12.373	6.962	22.102	6.962
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhista	38.787	36.963	44.034	40.139
Outros itens	3.918	11.988	3.918	14.442
Imobilizado - base fiscal (México)	-	-	46.456	41.534
Lucros não realizados nas subsidiárias	-	-	3.938	3.052
Sub-total	76.027	73.425	141.397	123.641
Total líquido do passivo diferido	21.840	28.724	101.632	120.436

A legislação tributária no México permite que a Companhia faça a depreciação com base no ativo imobilizado fiscal, dessa forma a Companhia registra a diferença temporária da depreciação entre a base fiscal e a contábil. Em 31 de dezembro de 2013 a diferença temporária é de R\$46.456 (R\$41.534 em 31 de dezembro 2012).

Para o ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, a Companhia elaborou estudo técnico de viabilidade, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual indica a plena recuperação destes tributos diferidos. A estimativa de realização futura, baseada na

projeção de lucros da Companhia e na expectativa de realização efetiva das diferenças temporárias, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Ano	2013	2012	2013	2012
2014	24.708	23.537	42.468	35.680
2015	9.093	6.016	12.964	9.477
2016	3.405	11.613	7.276	15.074
2017	3.405	6.016	7.276	9.477
2018	3.405	6.016	7.276	9.477
Após	32.011	20.227	64.137	44.456
	76.027	73.425	141.397	123.641

A controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge (em liquidação) possui prejuízos fiscais de R\$56.280 em 31 de dezembro de 2013 (R\$56.138 em 31 de dezembro 2012) e bases negativas da contribuição social de R\$61.511 em 31 de dezembro de 2013 (R\$61.370 em 31 de dezembro de 2012). No momento a Administração não vislumbra forma de realização, por esse motivo os respectivos créditos não estão registrados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 os créditos e débitos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	28.724	23.934	120.436	20.184
Reconhecido no resultado do período	(6.884)	4.790	(31.335)	(841)
Combinação de negócios (nota 34)	-	-	-	83.571
Variação cambial	-	-	12.531	17.522
Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.840	28.724	101.632	120.436

21. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

a) Capital social

Composição do capital social	2013		2012	
	Qtde.	%	Qtde. (*)	%
Acionistas controladores				
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.	40.693.254	28,2%	40.693.254	35,6%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.	40.645.370	28,2%	40.645.370	35,6%
Administradores	8	0,0%	8	0,0%
Acionistas não controladores				
Fundação Embratel de Seguridade Social - TELOS	15.109.156	10,5%	15.109.156	13,2%
Instituto Aerus de Seguridade Social - AERUS	-	0,0%	6.658.942	5,8%
Demais acionistas	47.729.712	33,1%	11.170.770	9,8%
Total de ações em circulação	144.177.500	100,0%	114.277.500	100,0%

(*) Em 08 de fevereiro de 2013, a Assembleia Geral aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, de forma que 01 (uma) ação ordinária foi desdobrada em 02 (duas) ações ordinárias, passando o capital social da Companhia a ser representado por 114.277.500 (cento e quatorze milhões, duzentas e setenta e sete mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas,

escriturais e sem valor nominal (“Desdobramento”), já considerando as ações preferenciais convertidas em ações ordinárias. As novas ações advindas do Desdobramento conferiram aos seus titulares os mesmos direitos das ações ordinárias que já possuíam.

Em 13 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições da oferta primária de ações de emissão da Companhia (“Oferta”) e em 16 de outubro de 2013, no âmbito da Oferta, o efetivo aumento de capital da Companhia, que passou de R\$537.051, dividido em 114.277.500 ações ordinárias, para R\$992.051, dividido em 140.277.500 ações ordinárias, com um aumento, portanto, no montante de R\$455.000, mediante a emissão de 26.000.000 novas ações ordinárias, ao preço de R\$17,50, por ação, com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia. Em 17 de outubro de 2013 foi comunicado o início da Oferta, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e com esforços de colocação das ações no exterior, sendo a liquidação financeira da oferta em 22 de outubro de 2013.

Tendo em vista o exercício integral da opção de distribuição de lote suplementar de até 15% (quinze por cento) da quantidade total de ações inicialmente ofertadas, em 30 de outubro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, no âmbito da Oferta, novo aumento de capital social, no montante de R\$68.250, mediante a emissão de 3.900.000 novas ações ordinárias, ao preço de R\$17,50 por ação, com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, passando o capital social da Companhia a ser de R\$1.060.301, dividido em 144.177.500 ações ordinárias, sendo a liquidação financeira da oferta em 4 de novembro de 2013. Em 5 de novembro de 2013, foi comunicado o encerramento da Oferta, levantando R\$ 516.709 em recursos líquidos para a Companhia.

O capital autorizado é limitado a R\$1.200.000, representado por ações ordinárias escriturais nominativas, sem valor nominal.

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

É composto de saldos de reavaliações de ativos efetuados em 1990 nas contas de terrenos e edificações (R\$14.718) e em 2005 na conta de máquinas e equipamentos (R\$89.144), as quais foram admitidas como parte integrante do valor do custo dos respectivos bens. A realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação dos ativos correspondentes, quando aplicável.

Em 16 de abril de 2012, a Companhia realizou a aquisição de operações no México (Nota 34), as referidas operações operam em moeda funcional diferente da Controladora e das demais controladas.

Em virtude da conversão das informações financeiras das operações no México para moeda de apresentação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidos R\$146.591 a título de variação cambial sobre as controladas no México (R\$70.765 em 31 de dezembro de 2012).

c) Reservas de lucros

■ Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

■ Reserva para investimentos

É constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, até o limite de 50% do capital social. O saldo em conjunto com as demais reserva de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá exceder o valor do capital social.

Os saldos remanescentes de lucros, após as destinações da reserva legal e dividendos, foram retidos para a Reserva para Investimentos, conforme disposição do Estatuto Social da Companhia, que prevê a aplicação da respectiva reserva nos projetos de investimentos em expansão. Abaixo apresentamos a evolução da reserva em comparação aos investimentos realizados.

Reserva para investimentos

	Constituição	Capitalização	Saldo	Expansão (*)
2007	46.963	-	46.963	-
2008	131.295	-	178.258	79.864
2009	98.886	-	277.144	65.776
2010	97.440	-	374.584	61.080
2011	125.014	-	499.598	135.133
2012	48.220	(138.656)	409.162	109.035
2013	71.646	-	480.808	93.427
			480.808	544.315

(*) Referem-se aos investimentos em ativo imobilizado para expansão da capacidade produtiva. (Nota 13).
Informações não auditadas para os anos de 2008, 2009 e 2010.

A Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2012 aprovou a capitalização de R\$138.656 de reservas para investimentos, elevando assim o Capital Social da Companhia, naquela data, para R\$537.051.

d) Destinação dos resultados

É assegurado aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A destinação do lucro do exercício de 2013, a ser submetida à Assembleia Geral dos Acionistas, comparada com a de 2012 é a seguinte:

Base de cálculo dos dividendos	2013	2012
Lucro líquido do exercício	86.321	66.357
Constituição de reservál legal (5%)	4.316	3.318
	82.005	63.039

Proposta de distribuição (*)

Juros sobre o capital próprio bruto	25.147	21.041
Dividendos	-	7.331
	25.147	28.372

(*) Para ações em circulação na data do balanço

Alocação nas demonstrações financeiras	2013	2012
Dividendo mínimo obrigatório - Passivo circulante	24.119	18.916
Juros sobre o capital próprio bruto	24.119	18.916
Excedente ao mínimo obrigatório - Patrimônio líquido	1.028	9.456
Juros sobre o capital próprio brutos adicionais propostos	1.028	2.125
Dividendos adicionais propostos	-	7.331

Destinação do saldo da conta de lucros acumulados

Reserva para investimento	71.646	48.220
---------------------------	--------	--------

	Ordinárias	
Valores unitários por ação	2013	2012
Juros sobre o capital próprio bruto	0,17442	0,18412
Dividendos	-	0,06415
Total proposto para distribuição	0,17442	0,24827

Os dividendos propostos, líquidos dos efeitos fiscais na parcela paga a título de juros sobre o capital próprio (15% de IRRF), representam 26% do lucro líquido (40% em 31 de dezembro de 2012) após as destinações legais.

O saldo destinado à reserva para investimento inclui a parcela de lucro do exercício não distribuída, no montante de R\$56.858 (R\$34.667 em 2012), adicionado da parcela de realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$14.788 (R\$13.553 em 2012).

Em 12 de abril de 2013, a Assembleia Geral aprovou a proposta da Administração do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, dessa forma a Companhia realizou o pagamento dos dividendos excedentes ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 9.456 (R\$0,07 por ação).

22. RECEITAS

Abaixo apresentamos a conciliação das receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta	2.400.650	2.276.098	3.422.371	2.953.537
Devoluções e abatimentos	(32.714)	(45.145)	(57.111)	(57.578)
Receita líquida de devoluções e abatimentos	2.367.936	2.230.953	3.365.260	2.895.959
Impostos sobre vendas	(242.116)	(224.697)	(242.276)	(224.839)
Receitas	2.125.820	2.006.256	3.122.984	2.671.120
Receitas				
Mercado Interno	1.035.453	983.398	1.035.353	983.241
Mercado Externo	1.090.367	1.022.858	2.087.631	1.687.879
	2.125.820	2.006.256	3.122.984	2.671.120

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza, conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Matéria prima e materiais de processo	889.674	843.745	1.453.615	1.246.792
Materiais de manutenção e consumo	133.920	128.292	192.338	160.582
Salários e encargos	420.235	442.547	575.230	520.297
Programa de participação no resultado	40.607	26.627	42.113	28.027
Benefícios sociais	91.491	80.107	95.193	85.036
Energia elétrica	100.182	116.099	130.940	137.758
Depreciação	116.084	92.417	146.342	112.498
Fretes e comissões sobre vendas	63.480	76.286	96.516	95.049
Honorários da administração	9.115	4.598	9.115	4.598
Outros custos	24.808	16.500	37.795	29.509
	1.889.596	1.827.218	2.779.197	2.420.146
Custo dos produtos vendidos	1.737.207	1.679.433	2.554.117	2.211.858
Despesas com vendas	78.756	83.455	123.342	120.286
Despesas administrativas	64.518	59.732	92.623	83.404
Honorários da administração	9.115	4.598	9.115	4.598
	1.889.596	1.827.218	2.779.197	2.420.146

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
Resultado financeiro	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros	42.340	50.876	42.340	50.876
<i>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</i>	<i>7.246</i>	<i>6.929</i>	<i>7.246</i>	<i>6.929</i>
Créditos Eletróbras	6.104	5.699	6.104	5.699
Aplicações financeiras	1.177	1.928	1.177	1.928
Investimentos em instrumentos patrimoniais	(35)	(698)	(35)	(698)
<i>Empréstimos e recebíveis</i>	<i>35.094</i>	<i>43.947</i>	<i>35.094</i>	<i>43.947</i>
Caixa e equivalentes de caixa	35.094	43.947	35.094	43.947
Créditos tributários e outras receitas financeiras	6.207	13.385	6.813	15.899
Receitas financeiras	48.547	64.261	49.153	66.775
Passivos financeiros	(110.173)	(107.935)	(110.174)	(107.941)
<i>Passivos financeiros ao custo amortizado</i>	<i>(106.354)</i>	<i>(107.935)</i>	<i>(106.355)</i>	<i>(107.941)</i>
Empréstimos	(105.859)	(106.330)	(105.859)	(106.330)
Financiamento de impostos e encargos sociais	(103)	(601)	(104)	(607)
Títulos a pagar e outros passivos financeiros	(392)	(1.004)	(392)	(1.004)
<i>Intrumentos financeiros derivativos</i>	<i>(3.819)</i>	-	<i>(3.819)</i>	-
Swaps de taxa de juros	(3.819)	-	(3.819)	-
Outras despesas financeiras	(1.029)	(3.799)	(6.089)	(5.905)
Despesas financeiras	(111.202)	(111.734)	(116.263)	(113.846)
Variações cambiais				
<i>Intrumentos financeiros derivativos</i>				
Non Deliverable Forward (NDF)	25.725	(32.082)	25.725	(32.082)
<i>Variações cambiais, líquidas</i>	<i>(108.641)</i>	<i>(11.675)</i>	<i>(94.275)</i>	<i>(7.205)</i>
Variações cambiais, líquidas	(82.916)	(43.757)	(68.550)	(39.287)
Resultado financeiro, líquido	(145.571)	(91.230)	(135.660)	(86.358)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Constituição e atualização de provisões (nota 19)	(15.337)	(15.930)	(16.552)	(15.942)
Reversões de provisões	(270)	8.667	(270)	8.667
Depreciação de ativos não operacionais	(4.677)	(1.659)	(4.687)	(1.659)
Baixa de bens do imobilizado	(2.458)	(452)	(2.459)	(453)
Anistia da Lei n°. 12.865/13 (nota 16)	(9.628)	-	(9.628)	-
Despesas de paralisação	-	(12.496)	-	(12.496)
Despesas de demissões	-	(5.071)	-	(5.071)
Amortização de ativos intangíveis (nota 14)	-	-	(54.260)	(33.991)
Resultado na venda de inservíveis e na baixa de ferramentais de terceiros e outros	(1.224)	(4.224)	2.746	(1.041)
	(33.594)	(31.165)	(85.110)	(61.986)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos fiscais	128.929	79.640	123.017	102.630
Alíquota de imposto de renda	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota	(43.836)	(27.078)	(41.826)	(34.894)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	24.436	7.819	-	-
Depreciação de ativos não operacionais	(1.590)	(564)	(1.590)	(564)
Juros sobre o capital próprio	8.550	7.154	8.550	7.154
Efeito de variação cambial	-	-	(2.428)	(8.802)
Correção da base de ativos fixos - México	-	-	10.740	5.773
Imposto adicional por fluxo de caixa - México	-	-	(4.269)	(10.062)
Reforma fiscal - México (a)	-	-	9.729	-
Demais (adições) exclusões permanentes	(4.513)	(614)	5.683	5.122
Efeitos de diferença de alíquota em controladas	(25.655)	-	(21.285)	-
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(42.608)	(13.283)	(36.696)	(36.273)
Alíquota de imposto de renda - Efetiva	33%	17%	30%	35%

Composição do efeito fiscal lançado ao resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social correntes	(49.492)	(8.493)	(68.031)	(37.114)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.884	(4.790)	31.335	841
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(42.608)	(13.283)	(36.696)	(36.273)

a) Reforma fiscal no México

A Companhia possui plantas industriais no México e sujeitas a legislação tributária daquele país. Em 31 de outubro de 2013, o Congresso mexicano aprovou um pacote econômico, para efeito no exercício fiscal de 2014, acompanhado de uma reforma fiscal.

Entre os pontos que mais se destacam e que podem impactar as operações no México está a nova Lei do imposto sobre a renda (LISR – *Ley del Impuesto sobre la Renta*) e o fim do imposto adicional sobre fluxo de caixa (IETU – *Impuesto Empresarial a Tasa Única*).

Devido às mudanças na referida lei as controladas no México, Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.V. e Diesel Servicios Industriales, S.A. de C.V. historicamente pagavam imposto de renda calculado sobre o fluxo de caixa (IETU) e não registravam imposto de renda diferido sobre as diferenças temporárias. Com o fim da apuração de imposto de renda sobre fluxo de caixa as referidas empresas passaram a apurar seu imposto de renda baseado no lucro fiscal e desta forma reconheceu em seu balanço R\$9.729 proveniente das diferenças temporárias geradas por obrigações com empregados.

b) Medida Provisória n° 627/2013

A Medida Provisória n° 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n° 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Com base na análise efetuada pela Administração sobre os impactos tributários dos novos dispositivos, concluímos que não há distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários incrementais em relação à distribuição de lucros em relação aos últimos cinco anos.

Considerando-se que a referida medida provisória possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Todavia, com base no texto vigente estimamos que as referidas alterações não acarretem efeitos contábeis relevantes para a Companhia.

27. LUCRO POR AÇÃO

Abaixo o cálculo do lucro por ação Ordinária (ON) e Preferencial (PN) no exercício:

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	86.321	66.357
Ações em circulação (*)	144.178	114.278
Lucro básico por ação - R\$	0,5987	0,5807

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	86.321	66.357
Média ponderada de ações em circulação (*)	119.873	114.278
Lucro diluído por ação - R\$	0,7201	0,5807

(*) Conforme descrito na nota 21 no primeiro trimestre de 2013 ocorreu o desdobramento do número de ações, desta forma o lucro básico e diluído por ação apresentado para os períodos comparativos de 2012 considera o número de ações pós-desdobramento.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia divulga as informações por segmento de negócio operacional, de acordo com aquelas informadas aos órgãos da administração para decisões sobre alocações de recursos e avaliações de desempenho, conforme descrito abaixo.

Automotivo (anteriormente produtos automotivos) - Fabricação, sob encomenda, de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico, tais como componentes para sistemas de propulsão (blocos e cabeçotes), freio, transmissão, direção, eixo e suspensão de veículos, para fabricantes mundiais de motores, automóveis de passeio, veículos comerciais (caminhões, ônibus e outros), máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas e geradores de energia.

Hidráulica (anteriormente produtos industriais) - Fabricação de conexões de ferro maleável para a indústria da construção, granelhas de ferro e aço para a indústria de beneficiamento de mármore e granitos e perfis de ferro fundido para uso diversificado.

Informações referentes aos segmentos reportados estão demonstradas a seguir:

Conciliação de receitas, custos, despesas e o lucro líquido

Consolidado	Automotivo		Hidráulica		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receitas (nota 14)	2.870.063	2.435.733	252.921	235.387	3.122.984	2.671.120
Custos e despesas, exceto depreciação (nota 23)	(2.448.592)	(2.130.014)	(184.263)	(177.634)	(2.632.855)	(2.307.648)
Outras despesas operacionais líquidas, exceto amortização de intangíveis e depreciação (nota 25)	(24.347)	(24.698)	(1.816)	(1.638)	(26.163)	(26.336)
EBITDA (segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)	397.124	281.021	66.842	56.115	463.966	337.136
Depreciação e amortização	(196.602)	(139.354)	(8.687)	(8.794)	(205.289)	(148.148)
Resultado antes do resultado financeiro	200.522	141.667	58.155	47.321	258.677	188.988
Resultado financeiro líquido (nota 24)					(135.660)	(86.358)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro					123.017	102.630
Imposto de renda e contribuição social (nota 26)					(36.696)	(36.273)
Lucro líquido do exercício					86.321	66.357

Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas

As receitas provenientes de clientes atribuídos ao país sede e a cada país estrangeiro e sua participação nas receitas totais da Companhia para o exercício estão compostas abaixo:

Consolidado	2013		2012	
		%		%
Brasil - País Sede	1.035.353	33,2	983.241	36,8
Estados Unidos	934.167	29,9	760.494	28,5
México	563.165	18,0	400.558	15,0
Reino Unido	158.913	5,1	162.759	6,1
Canadá	80.330	2,6	62.791	2,4
Itália	57.853	1,9	65.229	2,4
Hungria	54.829	1,8	34.869	1,3
África do Sul	39.782	1,3	32.482	1,2
Tailândia	33.598	1,1	13.480	0,5
Holanda	31.204	1,0	17.200	0,6
Japão	31.163	1,0	44.690	1,7
Alemanha	19.396	0,6	12.429	0,5
Argentina	16.222	0,5	19.198	0,7
França	15.683	0,5	21.199	0,8
Outros países	51.326	1,5	40.501	1,5
Total	3.122.984	100,0	2.671.120	100,0

Clientes relevantes responsáveis por mais de 10% das receitas totais da Companhia

A Companhia possui um portfólio diversificado de clientes nacionais e internacionais. No segmento automotivo existem clientes que individualmente representam mais de 10% das receitas consolidadas, conforme informações abaixo:

Consolidado - R\$ mil

Receitas	2013	%	2012	%
Automotivo				
Cliente A	558.186	17,9	490.686	18,4
Cliente B	460.955	14,8	392.252	14,7
Demais clientes	1.850.922	59,3	1.552.795	58,1
Total das receitas do segmento automotivo	2.870.063	91,9	2.435.733	91,2
Cientes de Hidráulica	252.921	8,1	235.387	8,8
Total das receitas	3.122.984	100,0	2.671.120	100,0

A distribuição das vendas do segmento de hidráulica é pulverizada.

Conciliação dos custos e despesas por segmento

Consolidado	Automotivo		Hidráulica		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Matéria prima e materiais de processo	1.371.683	1.163.175	81.932	83.617	1.453.615	1.246.792
Materiais de manutenção e consumo	178.985	148.212	13.353	12.370	192.338	160.582
Salários e encargos	535.094	480.218	40.136	40.079	575.230	520.297
Programa de participação no resultado	39.189	25.868	2.924	2.159	42.113	28.027
Benefícios sociais	88.584	78.486	6.609	6.550	95.193	85.036
Energia elétrica	120.241	127.146	10.699	10.612	130.940	137.758
Depreciação	137.655	103.704	8.687	8.794	146.342	112.498
Fretes e comissões sobre vendas	74.537	75.429	21.979	19.620	96.516	95.049
Honorários da administração	8.482	4.244	633	354	9.115	4.598
Outros custos	31.797	27.236	5.998	2.273	37.795	29.509
	2.586.247	2.233.718	192.950	186.428	2.779.197	2.420.146

Conciliação de ativos e passivos

Consolidado	Automotivo		Hidráulica		Total	
ATIVO	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Contas a receber, líquidas (nota 5)	342.527	215.734	37.137	28.953	379.664	244.687
Estoques (nota 6)	236.637	243.916	41.129	46.919	277.766	290.835
Ferramentais de terceiros	79.877	58.875	781	59	80.658	58.934
Títulos a receber e outros	26.353	27.202	2.688	5.168	29.041	32.370
Imobilizado (nota 13)	1.608.315	1.539.821	44.254	38.701	1.652.569	1.578.522
Intangível (nota 14)	559.717	514.318	-	-	559.717	514.318
Outros ativos não alocados					1.527.595	1.081.588
Total ativo consolidado	2.853.426	2.599.866	125.989	119.800	4.507.010	3.801.254

Consolidado	Automotivo		Hidráulica		Total	
PASSIVO	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Fornecedores	233.079	230.176	15.800	24.363	248.879	254.539
Impostos e contribuições	28.843	16.021	871	638	29.714	16.659
Salários, encargos sociais e participações	114.335	90.781	8.510	7.541	122.845	98.322
Adiantamentos de clientes	70.911	64.114	4.699	9.654	75.610	73.768
Títulos a pagar e outros	53.805	52.617	3.051	6.523	56.856	59.140
Imposto diferido sobre intangíveis (nota 20)	145.162	141.928	-	-	145.162	141.928
Outros passivos não alocados					1.926.043	1.971.043
Patrimônio líquido					1.901.901	1.185.855
Total passivo consolidado	646.135	595.637	32.931	48.719	4.507.010	3.801.254

Os ativos e passivos dedicados são alocados diretamente aos segmentos. Para aqueles de uso comum, utilizam-se critérios conforme sua aplicabilidade ou origem. Por não estarem diretamente relacionados à operação, a Companhia não aloca aos segmentos reportados os ativos de caixa e equivalentes de caixa, impostos e contribuições a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros e investimentos em outras empresas. Do lado do passivo, pelo mesmo motivo, não são alocados os financiamentos e empréstimos, financiamentos de impostos e encargos sociais, dividendos, provisões, impostos diferidos e outros passivos de longo prazo.

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM NO CAIXA

A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Os montantes destas transações somaram R\$12.278 em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.657 em 31 de dezembro de 2012).

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros, e que a Administração entende como adequados.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Os riscos cobertos contemplam os seguintes itens e valores correspondentes:

	2013	2012
Prédios e edificações	258.443	273.175
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	2.133.860	1.903.758
Estoques	249.749	234.105
Lucros cessantes	880.344	856.270
Responsabilidade civil geral	115.710	98.011
Responsabilidade civil administradores	60.000	-

31. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos para aquisição de ativos de longa duração (imobilizado e intangível), contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos, no montante consolidado de R\$86.440 (R\$4.250 em 31 de dezembro de 2012) os quais serão liquidados com recursos próprios.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Consolidado	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Empréstimos e recebíveis		1.074.044	607.465	1.552.479	945.173
Caixa e equivalentes de caixa	3	830.499	439.225	1.123.446	660.437
Contas a receber	5	205.979	132.237	379.664	244.687
Títulos a receber e outros ativos financeiros		37.566	36.003	49.369	40.049
<i>Impacto no resultado (*)</i>		<i>34.829</i>	<i>44.204</i>	<i>35.213</i>	<i>42.661</i>
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		109.284	109.022	114.185	112.309
Aplicações financeiras		14.900	20.437	14.900	20.437
Créditos Eletrobras		93.753	87.919	93.753	87.919
Investimentos em instrumentos patrimoniais		631	666	5.532	3.953
<i>Impacto no resultado</i>		<i>7.246</i>	<i>6.929</i>	<i>7.246</i>	<i>6.929</i>
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.010.205	2.052.903	2.150.072	2.179.220
Fornecedores		125.773	145.966	248.879	254.539
Financiamentos e empréstimos	15	1.799.669	1.827.661	1.799.669	1.827.661
Financiamento de impostos e encargos sociais		9.575	7.491	9.575	7.491
Dividendos e juros sobre capital próprio		24.119	18.916	24.119	18.916
Títulos a pagar e outros passivos financeiros		51.069	52.869	67.830	70.613
<i>Impacto no resultado</i>		<i>(106.354)</i>	<i>(107.935)</i>	<i>(106.355)</i>	<i>(107.941)</i>
Instrumentos financeiros derivativos		3.258	13.034	3.258	13.034
Instrumentos financeiros derivativos	33	3.258	13.034	3.258	13.034
<i>Impacto no resultado</i>		<i>21.906</i>	<i>(32.082)</i>	<i>21.906</i>	<i>(32.082)</i>

(*) Inclui a provisão para perdas com recebíveis

33. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO

33.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos riscos financeiros, inerentes à sua operação originados em riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional. A referida exposição é monitorada por controles internos, e pode demandar a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigação de seus riscos.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, aplicações financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A gestão do risco de crédito de recebíveis de clientes é realizada através de avaliação conjunta da capacidade de pagamento, índice de endividamento, comportamento de mercado e histórico junto à Companhia, que estabelece os limites individuais de crédito. Adicionalmente, a Companhia realiza análise quantitativa e qualitativa da carteira de títulos a receber, para determinar a provisão para

perdas em recebíveis. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes de R\$2.333 (R\$3.068 em 31 de dezembro de 2012), que representa 0,6% do saldo de contas a receber consolidado em aberto nessa data (1,2% em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia não detém nenhuma garantia para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração deste risco é de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa que representam 378,5% dos seus compromissos bancários de curto prazo. Além disso, a Companhia administra sua carteira de aplicações observando critérios de concentração em instituições financeiras, além de seus ratings globais.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

Consolidado	Fluxo de caixa contratual					
	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total do fluxo
PASSIVOS FINANCEIROS						
Financiamentos e empréstimos	78.839	217.233	631.216	1.058.575	9.643	1.995.506
Instrumentos financeiros derivativos	313	962	2.544	-	-	3.819
Fornecedores, Títulos a pagar e outros	305.735	-	-	-	-	305.735
Dividendos a pagar	24.119	-	-	-	-	24.119
Financiamento de encargos sociais	318	324	648	1.945	6.429	9.664
	409.324	218.519	634.408	1.060.520	16.072	2.338.843

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Além disso, a Companhia apresenta geração de caixa suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamento futuro.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco da oscilação nos valores dos instrumentos financeiros da Companhia, oriundas de mudanças nas taxas de juros, câmbio, e de preços praticados pelo mercado. A Companhia atua no gerenciamento do risco de mercado, administrando suas exposições a estes fatores, mantendo-os dentro de parâmetros aceitáveis de forma a otimizar o retorno.

Risco de moeda

A Controladora e suas controladas, exceto as operações no México, estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional, o Real. As principais transações em moeda estrangeira são predominantemente denominadas em dólares (US\$).

A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre dívidas, aplicações financeiras, contas a receber, as receitas de exportações em moeda estrangeira e operações com derivativos. A Companhia possui como política a exposição passiva ao risco de câmbio de no máximo o equivalente a média de quatro meses de exportação, sendo a efetividade testada mensalmente.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira está demonstrada a seguir:

Consolidado

ATIVO	Nota explicativa	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa no exterior (*)		321.980	183.753
Clientes no mercado externo (*)		163.448	106.032
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Nocional</i>	33	468.520	449.570
		953.948	739.355

PASSIVO	Nota explicativa	2013	2012
Empréstimos em moeda estrangeira	15	(1.042.477)	(920.059)
Outros valores		(34.432)	(22.549)
		(1.076.909)	(942.608)

Exposição líquida com impacto no resultado	2013	2012
Em R\$ mil	(122.961)	(203.253)
Em US\$ mil	(52.489)	(99.463)

(*) Líquidos do caixa e equivalentes de caixa e contas a receber das operações no México.

A exposição cambial passiva da Companhia cujos impactos de variações são alocados ao resultado, em 31 de dezembro de 2013 era passiva de US\$52.489, equivalentes a R\$122.961, valor inferior a quatro meses de exportações da Controladora, conforme definido na política de exposição cambial da Companhia.

Adicionalmente, as operações da Companhia no México operam o Dólar como moeda funcional, e possuem limitada exposição ao peso mexicano. Para fins de apresentação da posição consolidada da Companhia, os ativos e passivos financeiros das controladas mexicanas não estão sendo considerados como redutor ou aumento da exposição cambial da Companhia, pois os impactos de variação cambial originários desses ativos e passivos não são registrados no resultado e sim no resultado abrangente (patrimônio líquido). A política da Companhia é de proteção dos impactos de variação cambial no resultado.

Consolidado

Exposição líquida com impacto no resultado abrangente	2013	2012
Em R\$ mil	1.179.589	980.184
Em US\$ mil	503.538	479.659

Exposição líquida total	2013	2012
Em R\$ mil	1.056.628	776.931
Em US\$ mil	451.049	380.196

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, de acordo com a instrução normativa CVM nº 475, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável estimado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Consolidado	Cenários - Instrução Normativa CVM nº 475					
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Taxa do dólar	2,3426	2,40	3,00	3,60	1,80	1,20
Posição ativa	953.948	977.322	1.221.653	1.465.983	732.992	488.661
Posição passiva	(1.076.909)	(1.103.296)	(1.379.120)	(1.654.944)	(827.472)	(551.648)
Exposição líquida (R\$ mil)	(122.961)	(125.974)	(157.467)	(188.961)	(94.480)	(62.987)
Exposição líquida (US\$ mil)	(52.489)	(52.489)	(52.489)	(52.489)	(52.489)	(52.489)
Impacto Potencial (R\$ mil)	-	(3.013)	(34.506)	(66.000)	28.481	59.974

A simulação considerou uma desvalorização do Real frente ao Dólar, em relação ao cenário provável indicado pela Companhia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em variações de taxas de juros sobre as aplicações e empréstimos bancários afetando de forma direta as contas de resultados. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação e alocação de recursos financeiros, conforme segue:

Consolidado		Nota explicativa		2013	2012
Instrumentos de taxa variável				(652.551)	(852.610)
Ativos financeiros				543.504	304.328
Passivos financeiros	15			(1.196.055)	(1.156.938)
Instrumentos de taxa fixa				183.792	(296.574)
Ativos financeiros				587.406	374.149
Passivos financeiros	15			(603.614)	(670.723)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Nocional</i>	33			200.000	-

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros, podendo a Companhia utilizar-se de swap de taxa de juros, conforme apresentado na nota explicativa 33.2.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros variável e fixa

Em Reais, a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa expostos a variação do CDI, bem como empréstimos e financeiros atrelados à TJLP. Indexadas substancialmente ao Dólar, a Companhia possui empréstimos e financiamentos expostos a variação da Libor.

A oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados pela oscilação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta.

Risco da Taxa de Juros			Consolidado				
Instrumentos de taxa variável	Risco	Divulgado	Cenários - Instrução Normativa nº 475				
			Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Em Reais							
Aplicações	Taxa de Juros (CDI - % a.a)	9,77	10,35	12,94	15,53	7,76	5,18
Ativos Financeiros		543.504	543.504	543.504	543.504	543.504	543.504
Impacto Potencial		-	-	12.744	25.488	(13.050)	(26.742)
Empréstimos e Financiamentos	Taxa de Juros (TJLP - % a.a)	5,00	5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
Passivos Financeiros		202.917	202.917	202.917	202.917	202.917	202.917
Impacto Potencial		-	-	(2.416)	(4.831)	2.445	4.949
Em Dólares							
Empréstimos e Financiamentos	Taxa de Juros (Libor - %)	0,35	0,35	0,44	0,53	0,26	0,18
Passivos Financeiros		993.138	993.138	993.138	993.138	993.138	993.138
Impacto Potencial		-	-	(866)	(1.732)	867	1.735

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as sucatas, o ferro gusa, as ligas metálicas, o coque e a energia elétrica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nos custos da Companhia. A Companhia monitora os mesmos para refletir, em seus preços de venda, as eventuais.

Risco operacional

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à reputação, além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implantação de controles para riscos operacionais é exercida por uma área centralizada de Controles Internos sob a gestão da alta administração.

33.2 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros e monitora suas obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela estrutura de gerenciamento de risco.

A Companhia e suas controladas não têm como política contratar operações financeiras de caráter especulativo, entretanto operam instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteger determinados ativos e/ou passivos contra variações, principalmente, em função das oscilações da taxa de câmbio e índices financeiros.

Controladora e Consolidado

Controladora e Consolidado						
Identificação	Característica da operação		Valor de referência	Vencimento	Valor justo	
	Exposição do Principal	Proteção			2013	2012
Operações designadas a valor justo por meio do resultado						
Non Deliverable Forward (NDF)	Dólar	Reais	468.520	jan/14	561	(13.034)
Swaps de taxa de juros	Taxa-Pré (Contratual)	CDI	200.000	jul/15	(3.819)	-
					(3.258)	(13.034)
Ativo circulante					561	-
Passivo circulante					(1.275)	(13.034)
Passivo não circulante					(2.544)	-
					(3.258)	(13.034)

Para manter a sua exposição cambial dentro do limite previsto na política de risco de moeda, a Companhia contratou operações de compra de dólares na modalidade NDF com valor de referência de US\$200.000, equivalente a R\$468.520, com vencimento em 06 de janeiro de 2014. O seu valor justo a receber em 31 de dezembro de 2013, é de R\$561 (R\$13.034 a pagar em 31 de dezembro de 2012). As referidas operações foram liquidadas em 06 de janeiro de 2014 por R\$6.160.

A Companhia tem contratos de financiamento junto ao BNDES (Nota 15) com taxa pré-fixada de 8% a.a. Para mitigar o risco à taxas pré-fixadas, contratou em 15 de junho de 2013 operação de swap, na qual a Companhia recebe 8% a.a. e paga o equivalente a 86,55% do CDI. O valor de referência da operação é de R\$200.000 e vencimento em 15 de julho de 2015. Em 31 de dezembro de 2013 a respectiva operação apresentava um valor justo (nível 2) a pagar de R\$3.819.

As operações com derivativos não possuem garantia.

33.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital, são de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia acompanha a relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio do capital, a Companhia monitora o cumprimento de índices financeiros em contratos de financiamentos e empréstimos.

A relação de capital próprio versus capital de terceiros, ao final de cada período, é apresentada a seguir:

Consolidado		
	2013	2012
Capital próprio	1.901.901	1.185.855
Patrimônio líquido	1.901.901	1.185.855
Capital de terceiros	1.481.663	1.954.962
Total do passivo circulante e não circulante	2.605.109	2.615.399
Caixa e equivalentes de caixa	(1.123.446)	(660.437)
Relação capital próprio versus capital de terceiros	1,28	0,61

33.4 Valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (redução ao valor recuperável) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação e dos valores contabilizados para os instrumentos financeiros derivativos, é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

Os valores justos das aplicações financeiras, dos instrumentos financeiros derivativos e dos empréstimos e financiamentos divulgados, estão mensurados a seu valor justo de acordo com o nível 2.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (nível 2) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Companhia. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de swaps de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

33.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contrapartes com classificação externa de crédito*				
Caixa e equivalentes de caixa				
AAA	578.441	54.014	768.958	248.152
AA+	252.058	385.211	305.341	410.612
A+			19.244	
A-			28.899	
Outros		-	1.004	1.673
	830.499	439.225	1.123.446	660.437
Aplicações financeiras				
AA+	14.900	20.437	14.900	20.437
Ativos financeiros derivativos				
AAA	421	-	421	-
AA+	140		140	
	561	-	561	-
Créditos Eletrobrás				
A-	94.384	88.585	94.384	88.585
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Contas a receber				
Risco baixo	191.581	116.310	359.876	228.760
Risco moderado	13.224	14.678	18.614	14.678
Risco alto	1.174	1.249	1.174	1.249
	205.979	132.237	379.664	244.687
Outros ativos financeiros				
	37.566	36.003	54.270	43.336
Total	1.183.889	716.487	1.667.225	1.057.482

(*) A Companhia considera, para classificação do risco, o menor rating entre as agências classificadoras.

Os valores de contas a receber de clientes apresentam as seguintes classificações de risco:

- Risco baixo, clientes do segmento automotivo, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas
- Moderado, clientes do segmento de hidráulica, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas
- Alto, clientes que possuem saldos provisionados e perdas históricas.

Os outros ativos financeiros mantidos pela Companhia são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

34. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 16 de abril de 2012, a Controladora adquiriu 100% do capital social das empresas Cifunsa Diesel, S.A. de C.V. (razão social posteriormente alterada para Tupy México Saltillo, S.A. de C.V.) e Technocast, S.A. de C.V. e as respectivas sociedades prestadoras de serviços, localizadas no México, nas cidades de Saltillo e Ramos Arizpe, voltadas à produção de blocos e cabeçotes de ferro fundido utilizados na fabricação de motores para veículos de passeio e comerciais, máquinas agrícolas e de construção, motores para geração de energia, além de outros produtos de fundição.

A transação foi concretizada por valor equivalente a US\$497,9 milhões (R\$913,9 milhões) divididos da seguinte forma:

- US\$439,0 milhões pelas empresas, sem caixa e sem dívida;
- US\$56,2 milhões pelo saldo de caixa existente na data de sua aquisição;
- US\$2,7 milhões pelo ajuste de preço de aquisição (setembro 2012)

Os intangíveis identificados na combinação de negócio totalizaram R\$360.216, líquido do imposto diferido, os quais são atribuíveis à base adquirida de clientes, acordos de não concorrência e à perspectiva de lucratividade futura (*goodwill*).

A demonstração consolidada do resultado da Companhia, do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, inclui o montante de R\$633.611 de receitas geradas pelas empresas Tupy México Saltillo, S.A. de C.V. e Technocast, S.A. de C.V. Essas empresas também contribuíram com lucro líquido de R\$10.203 mil no mesmo exercício.

A demonstração consolidada do resultado *pro forma* para 31 de dezembro de 2012 apresentaria receita *pro forma* de R\$2.911.632 e lucro *pro forma* de R\$58.189. As informações da receita e do lucro foram obtidas mediante ajustes efetuados a partir da demonstração do resultado consolidado, fazendo refletir os impactos da aquisição como se esta tivesse ocorrido no dia 1º de janeiro de 2012, cujos detalhes estão refletidos nas Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* da Tupy S.A. (Não auditada).

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir as empresas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo reconhecidos de forma definitiva devido a combinação de negócios.

	Salttillo, S.A. de C.V.	Technocast, S.A. de C.V.	TOTAL
Em 16 de abril de 2012			
Caixa em US\$ mil (valor da transação)	222.000	217.000	439.000
Caixa em US\$ mil (saldo de caixa na data da transação)	27.554	28.636	56.190
Em 17 de setembro de 2012			
Ajuste de preço de aquisição	5.717	(2.984)	2.733
Total da contraprestação em US\$ mil	255.271	242.652	497.923
Taxa de conversão em 16 de abril de 2012	1,8344	1,8344	1,8344
Taxa de conversão em 17 de setembro de 2012	2,0139	2,0139	2,0139
Total da contraprestação em R\$ mil	469.287	444.579	913.866
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos			
Caixa e equivalentes de caixa	54.880	55.640	110.520
Contas a receber	71.714	19.221	90.935
Estoques	43.331	14.656	57.987
Ferramentais de terceiros	28.636	-	28.636
Impostos e contribuições a recuperar	18.785	13.217	32.002
Títulos a receber e outros	1.308	1.044	2.352
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.252	18.887	53.139
Ativo imobilizado	128.155	202.336	330.491
Outros Investimentos	3.185	-	3.185
Fornecedores	(64.576)	(22.545)	(87.121)
Impostos e contribuições	(11.897)	(1.337)	(13.234)
Adiantamento de Clientes	(16.846)	(2.210)	(19.056)
Salários, encargos sociais e participações	(9.922)	(2.338)	(12.260)
Títulos a pagar e outros - Circulante	(2.398)	(7.938)	(10.336)
Obrigações de benefícios de aposentadoria (nota 18)	(7.953)	(1.410)	(9.363)
Títulos a pagar e outros - Não Circulante	(3.672)	(555)	(4.227)
Total de ativos líquidos identificáveis	266.982	286.668	553.650
Ativos Intangíveis Identificados:			
(a) Relacionamento contratual com clientes	242.801	210.282	453.083
(b) Acordo de não concorrência	2.617	-	2.617
Imposto diferido sobre intangíveis identificados	(73.625)	(63.085)	(136.710)
Sub Total	171.793	147.197	318.990
Goodwill			
(c) Lucratividade futura (incluído em intangíveis)	30.513	10.713	41.226
Total do Intangível	202.306	157.910	360.216
TOTAL	469.288	444.578	913.866

O valor contratual bruto dos recebíveis adquiridos em 16 de abril de 2012 era de R\$91.794 para o qual a estimativa de perda por não realização é de R\$ 814, e cujo valor justo monta de R\$90.935.

Como parte da liquidação da contraprestação, foi contemplado o montante de R\$203,6 milhões (US\$110,9 milhões) a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Em 31 de julho de 2012, referido adiantamento foi convertido em Capital nas empresas do México.

O ágio reconhecido não será dedutível para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social.

a. Relacionamento contratual com clientes

Intangível identificado na carteira de clientes recebida por ocasião da aquisição. O valor foi calculado com base na expectativa mínima de manutenção desta carteira, mediante aplicação da metodologia MEEM (*Multi-period excess earnings method*), que compreendeu período de 10 anos, que significa o prazo mínimo projetado para a manutenção do relacionamento comercial com os clientes absorvidos e foi considerada uma taxa de desconto de 13%. A amortização será realizada de forma linear, sendo integral caso algum relacionamento seja interrompido ao longo deste período.

b. Acordo de não concorrência

Intangível identificado em acordo assinado entre as partes (comprador e vendedores) onde os vendedores se comprometem não investir em negócios envolvendo os produtos produzidos nas empresas objeto da transação por período de 05 anos. O valor foi calculado aplicando a metodologia da avaliação do negócio em cenários de eventual competição, comparando com cenário sem competição e a avaliação da probabilidade de que a competição pudesse ocorrer. A amortização será realizada de forma linear no período indicado.

c. Ágio (Goodwill)

Intangível representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição e montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, gerado substancialmente por sinergias esperadas. Referido ágio será testado anualmente para verificar perdas por *impairment*. Caso perdas por *impairment* sejam identificadas os valores revertidos serão reconhecidas com despesa. O ágio gerado nessa combinação de negócio esta alocado integralmente no segmento automotivo.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Adoção *Hedge Accounting*

Em 10 de janeiro de 2014, a Companhia adotou o *hedge* de investimento líquido no exterior ("*net investment hedge*") em substituição aos instrumentos financeiros derivativos os quais foram liquidados integralmente em 06 de janeiro de 2014.

A adoção desta prática, regulada no Brasil pelo pronunciamento contábil CPC38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) permite a designação das dívidas em moeda estrangeira como instrumento de *hedge* visando proteção do risco de variação cambial proveniente de investimentos mantidos pela Companhia no Exterior.

Com a aplicação do *hedge* de investimento líquido no exterior, a parcela dos ganhos ou perdas oriundos das dívidas em moeda estrangeira designada como instrumentos de *hedge*, provocados por variações cambiais, será apresentada no resultado abrangente da Companhia em contraposição aos ganhos ou perdas oriundos da conversão dos investimentos no exterior para moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia designou como instrumento de *hedge* uma parte de sua dívida em moeda estrangeira, no montante US\$300.000, equivalente a R\$714.570.

A Administração acredita que a adoção desta prática permitirá maior alinhamento entre os resultados contábeis da Companhia e sua realidade operacional.

* * *